

Universidades Lusíada

Valente, Beatriz Emanuela Almeida, 1997-

A importância da ideologia Juche na República Popular Democrática da Coreia

<http://hdl.handle.net/11067/8280>

Metadados

Data de Publicação

2025

Resumo

A dissertação "A Importância da Ideologia Juche na República Popular Democrática da Coreia" investiga o papel central que a ideologia Juche desempenha na formação da identidade nacional e na sustentação do sistema político norte-coreano. Criada por Kim Il-sung, o Juche promove a autossuficiência, a independência política e a autodefesa militar, valores que se refletem em todos os níveis da sociedade, influenciando tanto as políticas internas quanto as relações externas do país. O estudo explora ...

People's Republic of Korea" investigates the central role that the Juche ideology plays in shaping North Korea's national identity and sustaining its political system. Created by Kim Il-sung, Juche promotes self-sufficiency, political independence, and military self-defense—values that permeate all levels of society, influencing both the country's domestic policies and its foreign relations. The study explores how this ideology is applied in social, economic, and cultural domains, consolidating ...

Palavras Chave

Ideologia Juche, Coreia do Norte - História - Século 20, Coreia do Norte - Política e governo - Século 20, Coreia do Norte - Relações externas

Tipo

masterThesis

Revisão de Pares

Não

Coleções

[ULL-FD] Dissertações

Esta página foi gerada automaticamente em 2026-10-29T23:03:03Z com informação proveniente do Repositório



UNIVERSIDADE LUSÍADA

FACULDADE DE DIREITO

Mestrado em Relações Internacionais

**A importância da ideologia Juche na República
Popular Democrática da Coreia**

Realizado por:

Beatriz Emanuela Almeida Valente

Orientado por:

Professor Doutor Vítor Manuel Ramon Fernandes

Constituição do Júri:

Presidente:	Prof. Doutor José Alberto Rodríguez Lorenzo González
Orientador:	Professor Doutor Vítor Manuel Ramon Fernandes
Arguente:	Professora Doutora Maria Miguel Sousa Galito

Dissertação aprovada em: 17 de setembro de 2025

Lisboa

2025



U N I V E R S I D A D E L U S Í A D A

FACULDADE DE DIREITO

Mestrado em Relações Internacionais

A importância da ideologia Juche na República Popular Democrática da Coreia

Beatriz Emanuela Almeida Valente

Lisboa

Maio 2025



U N I V E R S I D A D E L U S Í A D A

FACULDADE DE DIREITO

Mestrado em Relações Internacionais

A importância da ideologia Juche na República Popular Democrática da Coreia

Beatriz Emanuela Almeida Valente

Lisboa

Maio 2025

Beatriz Emanuela Almeida Valente

A importância da ideologia Juche na República Popular Democrática da Coreia

Dissertação apresentada à Faculdade de Direito da
Universidade Lusíada para a obtenção do grau de
Mestre em Relações Internacionais.

Orientador: Professor Doutor Vítor Manuel Ramon
Fernandes

Lisboa

Maio 2025

Ficha Técnica

Autora Beatriz Emanuela Almeida Valente
Orientador Professor Doutor Vítor Manuel Ramon Fernandes
Título A importância da ideologia Juche na República Popular Democrática da Coreia
Local Lisboa
Ano 2025

CASA DO CONHECIMENTO DA UNIVERSIDADE LUSÍADA - CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

VALENTE, Beatriz Emanuela Almeida, 1997

A importância da ideologia Juche na República Popular Democrática da Coreia / Beatriz Emanuela Almeida Valente ; orientado por Vítor Manuel Ramon Fernandes. - Lisboa : [s.n.], 2025. - Dissertação de mestrado em Relações Internacionais, Faculdade de Direito da Universidade Lusíada.

I - FERNANDES, Vítor Manuel Ramon, 1960-

LCSH

1. Ideologia Juche
2. Coreia do Norte - História - Século 20
3. Coreia do Norte - Política e governo - Século 20
4. Coreia do Norte - Relações externas
5. Universidade Lusíada. Faculdade de Direito - Teses
6. Teses - Portugal - Lisboa

1. Juche

2. Korea (North) - History - 20th century
3. Korea (North) - Politics and government - 20th century
4. Korea (North) - Foreign relations
5. Universidade Lusíada. Faculdade de Direito - Dissertations
6. Dissertations, Academic - Portugal - Lisbon

LCC

1. DS935.65.V35 2025

AVISO LEGAL

O conteúdo desta dissertação reflete as perspectivas, o trabalho e as interpretações da autora no momento da sua entrega. Esta dissertação pode conter incorreções, tanto conceptuais como metodológicas, que podem ter sido identificadas em momento posterior ao da sua entrega. Por conseguinte, qualquer utilização dos seus conteúdos deve ser exercida com cautela. Ao entregar esta dissertação, a autora declara que a mesma é resultante do seu próprio trabalho, contém contributos originais e são reconhecidas todas as fontes utilizadas, encontrando-se tais fontes devidamente citadas no corpo do texto e identificadas na secção de referências. A autora declara, ainda, que não divulga na presente dissertação quaisquer conteúdos cuja reprodução esteja vedada por direitos de autor ou de propriedade industrial.

Agradecimentos

A conclusão desta dissertação representa a realização de mais uma etapa concluída de enorme aprendizagem e crescimento que só foi possível graças ao apoio e incentivo de diversas pessoas que me ajudaram de diferentes formas a ultrapassar certas dificuldades e que me deram o incentivo para a conclusão da mesma.

Em primeiro lugar quero agradecer ao meu professor orientador Vítor Manuel Ramon Fernandes que me guiou ao longo de todo este processo, o seu enorme apoio e disponibilidade foram cruciais para a realização e conclusão desta dissertação, como também todo o seu conhecimento e sugestões ao longo de todo este processo.

Não posso deixar de agradecer também a todos os meus colegas e familiares, em especial aos meus pais e irmão que foram um grande apoio e que me incentivaram ao longo de todo este processo. Tiveram um papel enorme nesta, que eu chamo, uma das minhas maiores realizações pessoais já conquistadas até hoje.

Por fim, quero agradecer à Universidade Lusíada de Lisboa e a todos os professores que fizeram parte destes meus dois anos de grande crescimento. Todo o conhecimento que transmitiram foi uma mais-valia para o meu percurso académico e crescimento pessoal.

Resumo

A dissertação "A Importância da Ideologia Juche na República Popular Democrática da Coreia" investiga o papel central que a ideologia Juche desempenha na formação da identidade nacional e na sustentação do sistema político norte-coreano. Criada por Kim Il-sung, o Juche promove a autossuficiência, a independência política e a autodefesa militar, valores que se refletem em todos os níveis da sociedade, influenciando tanto as políticas internas quanto as relações externas do país. O estudo explora como esta ideologia é aplicada nas áreas social, económica e cultural, consolidando uma identidade nacional única e moldando a cultura e as práticas do povo norte-coreano. Adicionalmente, analisa-se o impacto do Juche nas relações internacionais, enfatizando como a procura por autonomia orienta as interações da Coreia do Norte com outros Estados, criando alianças estratégicas e, por vezes, tensões. Desta forma, a dissertação oferece uma análise abrangente da influência do Juche, revelando a sua importância na manutenção do regime e na posição da Coreia do Norte no cenário global.

Palavras-chave: Coreia do Norte; Juche; Ideologia; Sistema Internacional;

Abstract

"People's Republic of Korea" investigates the central role that the Juche ideology plays in shaping North Korea's national identity and sustaining its political system. Created by Kim Il-sung, Juche promotes self-sufficiency, political independence, and military self-defense—values that permeate all levels of society, influencing both the country's domestic policies and its foreign relations. The study explores how this ideology is applied in social, economic, and cultural domains, consolidating a unique national identity and shaping the culture and practices of the North Korean people. Additionally, it examines the impact of Juche on international relations, emphasizing how the pursuit of autonomy guides North Korea's interactions with other states, creating strategic alliances and, at times, tensions. In this way, the dissertation provides a comprehensive analysis of Juche's influence, highlighting its importance in maintaining the regime and North Korea's position on the global stage.

Key words: North Korea, Juche; Ideology; International System.

Índice

LISTA DE ABREVIATURAS	2
INTRODUÇÃO	3
CONTEXTO E IMPORTÂNCIA DO TEMA	3
METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO PARA A ANÁLISE DA IDEOLOGIA <i>JUCHE</i> E O SISTEMA POLÍTICO, ECONÓMICO E SOCIAL DA COREIA DO NORTE	5
CAPÍTULO I – CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA COREIA DO NORTE	7
1.1. HISTÓRIA POLÍTICA DA COREIA DO NORTE	7
1.2. PERÍODO DA INVASÃO JAPONESA (1910-1945)	12
1.3. ESTABELECIMENTO DO REGIME DE KIM IL-SUNG: A CRIAÇÃO DA COREIA DO NORTE	16
1.4. SUCESSÃO E CONTINUIDADE SOB KIM JONG-IL E KIM JONG-UM	19
CAPÍTULO II – A IDEOLOGIA <i>JUCHE</i> NA CULTURA, EDUCAÇÃO E ECONOMIA	25
2.1. DEFINIÇÃO E EVOLUÇÃO DA IDEOLOGIA <i>JUCHE</i>	25
2.3. PRINCIPAIS CONCEITOS DA IDEOLOGIA <i>JUCHE</i>	31
2.4. PROPAGANDA E CULTO À PERSONALIDADE	34
2.5. EDUCAÇÃO E MANIFESTAÇÕES CULTURAIS	38
2.6. SISTEMA ECONÓMICO <i>JUCHE</i>	42
2.7. IMPACTO NA ORGANIZAÇÃO SOCIAL E DESAFIOS	48
CAPÍTULO III – POLÍTICA EXTERNA DA COREIA DO NORTE	52
3.1. RELAÇÕES BILATERAIS E MULTILATERAIS	52
3.2. ESTRATÉGIAS DIPLOMÁTICAS E PROPAGANDA	58
CONCLUSÃO	64
BIBLIOGRAFIA	67

Lista de Abreviaturas

AIEA – Agência Internacional de Energia Atômica

EUA – Estados Unidos da América

ICBM – Intercontinental Ballistic Missile (Míssil Balístico Intercontinental)

KEDO – Korean Peninsula Energy Development Organization (Organização para o Desenvolvimento Energético da Península da Coreia)

LWR – Light Water Reactor (Reator de Água Leve)

ONU – Organização das Nações Unidas

PCUS – Partido Comunista da União Soviética

PTC – Partido dos Trabalhadores da Coreia

RPDC – República Popular Democrática da Coreia

SPD – Sistema Público de Distribuição

TNP – Tratado de Não Proliferação Nuclear

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

Introdução

Contexto e importância do tema

A instalação do regime de Kim Il-sung, no seguimento da Guerra Fria, tornou-se o principal foco da nova política externa até aos dias de hoje. Graças à ideologia *Juche*, com os seus princípios de autossuficiência e de autodeterminação, a Coreia do Norte postulou sobre as suas diferenças em relação ao seu vizinho, a Coreia do Sul, utilizando os modelos hegemónicos ocidental e soviético. Desta forma, reivindicaram o seu próprio caminho em termos de autonomia e de desenvolvimento do país da RPDC.

A atenção às teorias de Foucault sobre poder e dominação leva a uma reflexão sobre como essa ideologia articula a dinâmica de manutenção do regime do rei Kim Il-sung e seus sucessores. (Foucault, 1988, p. 50(3)) argumenta que o poder exercido relacionalmente como uma missão é uma situação estratégica para o confronto histórico entre os seus adversários.

A continuidade dessa lógica sob Kim Jong-il e Kim Jong-un ilustra como o poder se reconfigura dentro da mesma estrutura ideológica. Cada líder reinterpretou a ideologia *Juche* em resposta a desafios específicos, utilizando a ideologia como uma ferramenta para justificar ações e políticas, como a militarização ou a abertura económica. Essa flexibilidade é crucial para a sobrevivência do regime, pois permite que os líderes adaptem as suas estratégias às circunstâncias históricas, ao mesmo tempo em que mantêm a coerência ideológica necessária para sustentar a lealdade do povo.

Além disso, a forma como o regime controla a informação e manipula a narrativa em torno da ideologia *Juche* exemplifica a aplicação das teorias de Foucault sobre o poder e o discurso. O controlo dos meios de comunicação e a repressão da dissidência criam um ambiente onde as alternativas à ideologia oficial são silenciadas, perpetuando assim a dominação. A produção de um conhecimento oficial que valoriza a autossuficiência e a divindade do líder é uma estratégia eficaz de controlo social, que fomenta a adesão e o apoio ao regime.

Isto aplica-se ao estudo ideológico, pois é de salientar que a Coreia do Norte o utilizou para desafiar a comunidade internacional relativamente ao seu poder, afirmando a sua soberania. No caso do regime norte-coreano, o poder é cuidadosamente articulado para criar uma hegemonia que envolve e subjuga cada indivíduo, garantindo a sua obediência e lealdade. O regime utiliza práticas como a propaganda, o controlo da educação e a repressão sistemática para impor uma visão de mundo que legitima a autoridade da dinastia Kim. Esse uso relacional do poder, como

Foucault sugere, não depende exclusivamente de coerção violenta, mas também de mecanismos subtis que moldam os comportamentos, as crenças e até a identidade dos cidadãos.

Foucault argumenta que o poder é uma "situação estratégica" em que existe um constante confronto entre forças opostas. No contexto norte-coreano, isso manifesta-se na forma como o governo se posiciona contra qualquer influência externa, restringindo informações vindas de fora e castigando severamente aqueles que tentam desafiar o regime. Dessa forma, o poder configura-se não apenas como uma série de imposições, mas como uma rede complexa de estratégias que visa consolidar a posição da elite governante em detrimento de qualquer oposição.

Ao considerar o poder como uma relação fluida e onnipresente, Foucault permite-nos entender o regime de Kim Il-sung como algo além de uma simples ditadura. Trata-se de um sistema em que cada aspeto da vida social, econômica e cultural é instrumentalizado para sustentar uma estrutura de dominação que parece inabalável, mas que, paradoxalmente, depende de uma vigilância constante e de uma repressão contínua.

Nas palavras de Hobson (2004), o papel desempenhado pela Coreia no desenvolvimento histórico do mundo significa que o espetador tem um papel ativo na perspetiva social da pesquisa sobre a ideologia *Juche*. Isto permite que as contribuições teóricas e práticas na Coreia do Norte sejam reconhecidas e valorizadas.

Said (1977) afirma que os contributos para esta reflexão residem no conceito de vitalismo, que faz com que o Ocidente seja retratado como construindo uma imagem estereotipada e hierárquica do mundo oriental. Consequentemente, isto afeta a ideologia *Juche*, que enfatiza a autossuficiência e a independência, levando-a a procurar contrariar tais representações, afirmando a autoidentidade de uma Coreia autónoma em relação ao resto do Extremo Oriente.

Dentro da ideologia *Juche*, criada e promovida pelo regime norte-coreano, destaca-se a sua natureza como um pensamento periférico que, paradoxalmente, reivindica um lugar de relevância no contexto do pensamento universal. Esta ideologia enfatiza a independência e a autossuficiência, valorizando o poder nacional em face das influências externas. Como observa Frank (2014), a flexibilidade inerente à ideologia *Juche* é um dos seus aspetos mais relevantes, pois permite ao regime adaptar-se a mudanças no sistema internacional sem abdicar da sua autonomia.

Esta flexibilidade manifesta-se na forma como a Coreia do Norte ajusta as suas políticas económicas, militares e diplomáticas para responder às exigências de um mundo cada vez mais globalizado, sem perder de vista os princípios fundamentais da ideologia *Juche*. Num cenário em que as pressões externas e os desafios internos coexistem, a adaptabilidade da ideologia *Juche* torna-se essencial para a manutenção do regime, que se mantém resiliente face às sanções e ao isolamento político. O regime recorre a um misto de força e diplomacia, combinando estratégias de resistência e cooperação seletiva, sempre alinhadas com os interesses de autonomia nacional.

Assim, a ideologia *Juche*, ao moldar as políticas internas e externas da Coreia do Norte, torna-se uma chave para compreender a sua postura no palco internacional. A relevância desta abordagem está precisamente na sua capacidade de desafiar as normas globais enquanto continua a afirmar-se como um sistema viável e autossuficiente, sendo uma ferramenta crucial para a análise da política externa norte-coreana.

Metodologia de investigação para a análise da ideologia *Juche* e o sistema político, económico e social da Coreia do Norte

Esta dissertação adota uma abordagem qualitativa, focando-se na análise da ideologia e do método *Juche* e na sua influência sobre o sistema político, económico e social da RDPC.

Assim, a escolha de uma abordagem qualitativa justifica-se pelo facto de o objeto de estudo ser um tema muito complexo e profundo, exigindo uma maior compreensão inicial, permitindo assim que a ideologia *Juche* seja estudada em profundidade, como defendem Creswell e Creswell (2018).

Por este motivo, será feita, desde logo, uma contextualização histórica do país, desvendando as suas ordens cruciais, como a feroz invasão japonesa no início do século XX, bem como o estabelecimento do regime de Kim Il-Sung. De acordo com Amstrong (2015), esta é a base para uma análise histórica que lançará luz sobre os limites da ideologia *Juche*, de modo a compreender a sua consolidação.

A contextualização permitir-nos-á identificar os acontecimentos e as influências que moldaram a identidade nacional norte-coreana, bem como o desenvolvimento do pensamento político de Kim Il-Sung.

A análise documental será efetuada através de uma componente metodológica central: os documentos oficiais, os discursos dos dirigentes da RPDC e os fundamentos ideológicos da ideologia *Juche* serão examinados a fim de fornecer fontes primárias e de utilizar esses discursos para oferecer uma imagem exata dos objetivos e das estratégias que tiveram lugar.

Complementarmente, serão utilizadas fontes secundárias, incluindo estudos académicos, livros, artigos, teses de doutoramento e dissertações, para enriquecer a análise e diversificar os aspetos da política em contextos internacionais. Estas fontes secundárias ajudarão a situar a ideologia coreana num quadro mais amplo da teoria política e dos recursos internacionais, permitindo uma comparação com sistemas políticos de outros países (Myers, 2010).

A fim de alargar a compreensão das relações internacionais da Coreia do Norte, será efetuada uma análise das relações bilaterais e multilaterais do país. Para tal, alguns aspetos da investigação procurarão compreender de que forma a ideologia tem influenciado as decisões diplomáticas da RPDC e os efeitos que tem tido na interação da Coreia do Norte com outros Estados, justificando a tensão e a cooperação existentes (Kim S. , 2006).

Para além da análise documental e das relações internacionais, a investigação incluirá estudos atuais sobre a propaganda, o culto da personalidade do líder norte-coreano e os elementos que compõem a ideologia *Juche*.

Assim, serão analisadas as manifestações culturais e educativas que promovem e perpetuam esta ideologia na Coreia do Norte, através da vertente de investigação da pesquisa que analisará a ideologia interiorizada pelos cidadãos e a forma como é utilizada como instrumento de controlo social e político pela ditadura (Armstrong C. , 2015)

Por último, esta dissertação procurará identificar os desafios e as limitações do sistema económico norte-coreano sob a égide da ideologia. Analisará as características do sistema económico, as políticas de autossuficiência, bem como os impactos da organização social, e avaliará a eficácia e as dificuldades do modelo económico do país, fornecendo uma visão crítica das implicações práticas e teóricas de acordo com Frank (2014).

A combinação destas abordagens metodológicas permitirá uma análise aprofundada e multifacetada da ideologia *Juche*, oferecendo novas perspetivas sobre o seu significado e impacto na Coreia do Norte e nas suas relações com o sistema internacional.

Capítulo I – Contextualização Histórica da Coreia do Norte

1.1. História Política da Coreia do Norte

A Coreia do Norte situa-se na parte setentrional da península coreana, que se projeta do continente asiático para o Mar do Japão e o Mar Amarelo, cobrindo cerca de 55% da superfície terrestre, e faz fronteira com a China e a Rússia a norte e com a República da Coreia do Sul. A sua capital é Pyongyang e é um centro industrial e próximo da costa oriental (Lopes, 2012).

Para compreendermos a Coreia do Norte, é essencial retornar alguns séculos no tempo e analisar os eventos que levaram à divisão das Coreias ao longo do paralelo 38. Há cerca de 700 mil anos, a Península Coreana e as regiões à volta começaram a ser povoadas. “From sometime around 3000 B.C. the active presence of Neolithic man is in evidence throughout the Korean Peninsula.” (Lee K.-b. , 1984, p. 2) o período Neolítico teve início, e as relíquias desse tempo podem ser encontradas por toda a península, especialmente nas áreas próximas aos grandes rios e regiões costeiras.

A Era do Bronze teve início entre 1.500 e 2.000 a.C., na região que hoje corresponde à Mongólia e à Península Coreana. Nesse período, várias tribos surgiram na região de Liaoning, Manchúria e no noroeste da Coreia, à medida que a civilização começou a formar-se. Dangun, o lendário fundador do povo coreano, unificou essas tribos e estabeleceu o reino de Gojoseon em 2333 a.C. A fundação de Gojoseon simboliza a longa história da Coreia, sendo uma fonte de orgulho para os coreanos e uma demonstração de sua capacidade de resistir em tempos difíceis. (Lee K.-b. , 1984)

A mítica montanha ao norte, que deu origem à Cordilheira de Baekdu, é considerada o berço de Dangun, desta montanha derivam alguns mitos criados referentes à criação da Coreia, segundo o autor Michael J. Seth, “The 5,000 years is based on the Tan’gun¹, the mythical founder of the first Korean state” (Seth M. , 2020, p. 5). Também existe outro mito para enaltecer a criação da Coreia, a história de Kija, contudo muitos coreanos nacionalistas modernos não gostam de ser associados a esta história, pois de certa forma afirma que eles não são uma nação independente, mas que derivam da cultura chinesa. Acredita-se que os seus ancestrais tenham migrado do norte da China e do nordeste da Ásia, trazendo consigo uma

¹ De acordo com a primeira história do século XIII, Tan’gun era o filho de uma divindade celestial e de uma urso. Nascido numa montanha, sendo esta associada à montanha de Baekdu, Tan’gun é celebrado em ambas as Coreias. Na Coreia do Norte é visto como o fundador do primeiro Estado coreano e na Coreia do Sul é ensinado como um mito. Em ambas as Coreias é designado como uma antiguidade e desenvolvimento da sua história.

forte influência das culturas altaicas, como também dos turcomanos, mongóis, tungus, manchus e japoneses.

Após o século V, três reinos emergiram na região. Cidades-estado começaram a unir-se em sociedades tribais com sistemas políticos cada vez mais complexos, resultando na formação desses reinos. (Seth M. , 2020)

Goguryeo, originalmente uma sociedade tribal no vale do Rio Amnokgang (Rio Yalu), foi o primeiro a consolidar-se como reino. As guerras de conquista lideradas por Gwanggaeto, o Grande, e pelo Rei Jangsu expandiram o território de Goguryeo, que passou a dominar vastas áreas, incluindo a Manchúria e grande parte da Península Coreana. A criação de uma estrutura política robusta conferiu ao reino características de um verdadeiro império. Baekje foi um dos outros reinos confederados semelhantes ao Goguryeo. Surgiu como uma cidade-estado ao sul do rio Hangang, nas proximidades da atual Seul, capital da Coreia do Sul. Durante o reinado de Geunchogo, Baekje transformou-se num estado centralizado e poderoso (Seth M. , 2010).

De 57 a.C. a 935 d.C., Silla foi o reino mais frágil e menos desenvolvido dos três. No entanto, a sua distância geográfica da China permitiu uma maior abertura a ideias e costumes não chineses. A sociedade de Silla era fortemente influenciada pelo Budismo e caracterizada por uma rígida divisão de classes. Um exemplo notável de sua organização social era o Hwarang, um corpo exclusivo de jovens guerreiros aristocratas. A confederação de Gaya teve origem quando várias tribos ao longo do rio Nakdonggang se uniram. No entanto, em meados do século VI, todas as cidades-estado da Confederação de Gaya foram gradualmente absorvidas pelo Reino de Silla.

Entre 660 e 668, Silla, em aliança com a Dinastia Tang da China, conseguiu derrotar Baekje e Goguryeo, consolidando o seu poder sobre a Península Coreana. A expulsão das forças chinesas de Tang em 676 reforçou ainda mais a unificação sob Silla. No auge de seu poder e prosperidade, por volta de meados do século VIII, Silla procurou construir uma nação budista ideal, como exemplificado pelo majestoso Templo de Bulguksa, erguido durante a Silla Unificada (Lee K.-b. , 1984).

Em 698, refugiados de Goguryeo fundaram o Reino de Balhae, localizado no centro-sul da Manchúria. Este novo estado foi amplamente formado por ex-refugiados de Goguryeo e Mohe, adotando uma estrutura governamental inspirada em Goguryeo. A rica cultura de Goguryeo também influenciou significativamente o desenvolvimento de Balhae. No início do século IX,

Balhae atingiu o auge de sua prosperidade, ocupando uma vasta área que se estendia até o rio Amur ao norte e Kaiyuan, no centro-sul da Manchúria, a oeste. O reino estabeleceu relações diplomáticas com a Turquia e o Japão, demonstrando a sua influência regional. No entanto, em 926, Balhae foi destruído pelos Khitan. A maioria da nobreza de Balhae, descendente de Goguryeo, migrou para o sul e integrou-se na recém-fundada Dinastia de Goryeo (Lee K.-b. , 1984).

A Dinastia de Goryeo (918–1392) foi estabelecida por Wang Geon, um general que serviu Gungye, um príncipe rebelde de Silla. Wang Geon declarou o seu objetivo de recuperar os territórios perdidos de Goguryeo no nordeste da China, escolhendo Songak (atual Gaeseong, na Coreia do Norte), a sua cidade natal, como capital. O nome inglês "Korea" deriva da dinastia de Wang Geon, Goryeo "(...) the Western name Korea comes from the Korio period (...)." (Cumings B. , 2005, p. 23). Embora a Dinastia Goryeo não tenha conseguido recuperar todas as terras perdidas, ela desenvolveu uma cultura sofisticada, conhecida especialmente pela cerâmica celadon, chamada de cheongja.

Em 1392, o General Yi Seong-gye derrubou a Dinastia Goryeo e fundou a Dinastia Joseon. Para combater a influência predominante do Budismo durante o período de Goryeo, os primeiros governantes de Joseon adotaram o Confucionismo como a filosofia orientadora da nova dinastia. O sistema político da Dinastia Joseon foi equilibrado e eficaz, com o sistema de concurso público sendo o principal método de recrutamento de funcionários do governo. Embora esses concursos limitassem a mobilidade social e intelectual, refletiam a valorização da educação académica, enquanto o comércio e a manufatura eram menosprezados em uma sociedade fortemente influenciada pelo Confucionismo (Eckert, Lee, Lew, Robinson, & Wagner, 1990).

Durante o reinado de Sejong, o Grande, o quarto monarca de Joseon (1418-1450), a Coreia experimentou um crescimento cultural e artístico sem precedentes. Sob a direção do Rei Sejong, os estudiosos da academia real desenvolveram o Hangul, o alfabeto coreano, originalmente chamado de Hunminjeong-eum, que significa "os sons corretos para a instrução do povo" (Kim-Renaud, 1997).

O Rei Sejo implementou um sistema legal mais estruturado e iniciou a compilação do Gyeongguk Daejeon (Código Nacional), num esforço de simplificar o governo de Joseon. A conclusão do Gyeongguk Daejeon durante o reinado de Seongjong (1469-1494) estabeleceu oficialmente a estrutura governamental da Dinastia Joseon.

Em 1592, o Japão invadiu a Coreia, visando preparar uma invasão na China. Durante esse período, o Almirante Yi Sun-shin (1545-1598) destacou-se como uma das figuras mais respeitadas da história coreana, inventando o geobukseon (navio tartaruga), o primeiro couraçado de ferro do mundo, que desempenhou um papel crucial na defesa naval da Coreia (Shin H. , 2005).

No início do século XVII, surgiu um movimento que defendia o Silhak, ou "aprendizagem prática", ganhando força entre os acadêmicos liberais. Esse movimento procurava modernizar a nação e reformar as práticas tradicionais. Os defensores do movimento Silhak recomendavam fortemente melhorias na indústria e na agricultura, além de reformas significativas na distribuição de terras. No entanto, a corte conservadora de Joseon não estava disposta a aceitar mudanças tão profundas. Na segunda metade da era Joseon, houve uma divisão persistente entre as classes altas e o governo. O Rei Yeongjo (1724-1776) implementou uma política de imparcialidade nas nomeações governamentais para corrigir a situação política desfavorável, o que resultou em maior estabilidade política e no fortalecimento da autoridade real (Gim, 2024).

O seu sucessor, o Rei Jeongjo (1776–1800), seguiu uma política de neutralidade e fundou a biblioteca real Gyujeongguk, destinada a preservar documentos e registros autênticos. Jeongjo também iniciou uma série de reformas culturais e políticas, permitindo que o Silhak prosperasse ainda mais durante o seu reinado. Muitos acadêmicos notáveis da época propuseram mudanças na agricultura e na indústria, mas poucas das suas sugestões foram implementadas pelo governo.

No século XIX, a Coreia permaneceu isolada, sendo conhecida como o "Reino Eremita", resistindo firmemente às tentativas de abertura comercial e diplomática do Ocidente. Entretanto, o cenário global mudou à medida que potências asiáticas e europeias lutavam por influência na península coreana. Após vencer as guerras contra a China e a Rússia, o Japão anexou a Coreia em 1910, transformando-a numa colônia (Kim K. , 2005).

Ao longo da história, o pensamento na Coreia do Norte tem sido principalmente confucionista e, em menor grau, budista. A ocupação japonesa começou no século XX com uma crescente repressão do cristianismo e, no final da Segunda Guerra Mundial, já não havia missionários estrangeiros no país. É de salientar que, após a instauração do regime, todas as religiões foram proibidas. O regime comunista confirmou a constituição da liberdade religiosa, mas não a sua prática pública. No entanto, o movimento monoteísta do Ch'öndogyo ("Ensino do

Caminho Celestial"), que pertence à corrente confucionista, tem sido utilizado pelo regime para fins eleitorais (Fagundes Visentini, Danilevicz Pereira, & Hoppen Melchionna, 2015).

O período de colonização intensificou o sentimento patriótico entre os coreanos, especialmente como resposta às políticas de assimilação cultural impostas pelo Japão. Entre estas medidas destacava-se a proibição do ensino da língua coreana nas escolas. Em 1 de março de 1919, um movimento pacífico em prol da independência espalhou-se por todo o país, culminando em protestos massivos. A repressão violenta por parte das autoridades coloniais japonesas resultou em milhares de mortes entre os manifestantes.

Embora o movimento tenha sofrido um fracasso imediato, o Movimento de Independência de 1º de Março desempenhou um papel crucial no fortalecimento da identidade nacional e no aumento do sentimento patriótico entre os coreanos. Além disso, ele inspirou a organização de uma resistência armada contra os colonizadores japoneses na Manchúria e a criação de um Governo Provisório em Xangai, na China. O 1º de março é, atualmente, comemorado como o Dia do Movimento de Independência na Coreia.

Durante a ocupação colonial, o Japão impôs uma exploração econômica severa à Coreia, o que piorou significativamente as condições de vida da população até o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945. Após a derrota do Japão, os coreanos comemoraram a sua libertação, mas essa felicidade foi breve. Embora tivessem lutado com determinação pela independência, a Guerra Fria trouxe divisões ideológicas que separaram o país. Com as forças americanas a ocuparem a parte sul e as tropas soviéticas a ocuparem a parte norte, os esforços para estabelecer um governo unificado falharam (Cumings B. , 2010).

Em novembro de 1947, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou uma resolução que solicitava à Comissão das Nações Unidas a organização de eleições gerais na Coreia. Contudo, a União Soviética recusou-se a aceitar a resolução e impediu o acesso da Comissão à metade norte do país. Como resposta, a Assembleia Geral emitiu uma nova resolução, determinando que as eleições fossem realizadas nas regiões acessíveis à comissão. Dessa forma, no dia 10 de maio de 1948, ocorreram as primeiras eleições na Coreia, limitadas às áreas ao sul do paralelo 38, linha que passou a dividir a Península Coreana em duas partes distintas (Cumings B. , 2010)

1.2. Período da invasão japonesa (1910-1945)

A ocupação japonesa da Coreia fez parte da expansão do Império Japonês, em que a Coreia esteve sob o domínio japonês como colônia durante quase 35 anos (de 22 de agosto de 1910 a 15 de agosto de 1945), durante a maior parte da primeira metade do século XX, até à rendição japonesa na Segunda Guerra Mundial, alguns anos antes da Guerra da Coreia.

A intrusão japonesa começou com o Tratado de Kanghwa de 1876, assinado pela dinastia Joseon. Agravou-se com o assassinato, em 1895, de Rainha Myeongseong, conhecida como "Rainha Min", e com o Tratado de Portsmouth de 1905, que pôs fim à Guerra Russo-Japonesa (Lanare, 2011).

A ocupação japonesa, e a sua subsequente declaração de protesto japonês através do Tratado de Eulsa de 1905, começou por ser uma anexação. No entanto, os tratados de 1905 e 1910 foram declarados inválidos pela Coreia do Sul e pelo Japão em 1965. Na Coreia, este período é comumente designado por Período Imperial Japonês (Dicosimo, 2020).

Em 27 de fevereiro de 1876, foi assinado o Tratado Coreano-Japonês de 1876, também conhecido no Japão como Tratado de Amizade Japão-Coreia. O seu objetivo era abrir a Coreia ao comércio japonês e os direitos concedidos ao Japão ao abrigo do tratado eram semelhantes aos concedidos às potências ocidentais no Japão após a visita do Comodoro Perry em 1854. No entanto, o tratado pôs fim ao estatuto da Coreia como protetorado da China, forçou a abertura de três portos coreanos ao comércio japonês, concedeu direitos extraterritoriais aos cidadãos japoneses e foi um tratado desigual, concluído sob conluio (diplomacia canónica) devido ao incidente da ilha de Ganghwa em 1875.

O rei Daewongun, que continuava a opor-se a quaisquer concessões ao Japão ou ao Ocidente, ajudou a organizar o Motim de 1882, um ataque anti japonês contra Rainha Min e os seus aliados. Motivados pelo ressentimento relativamente ao tratamento preferencial dado às tropas recém-formadas, as forças de Daewongun, ou "véus militares", mataram tropas japonesas e atacaram a legação japonesa (Kuitert, 2017).

A luta entre os seguidores de Heungseon Daewongun e os de Rainha Min foi ainda mais complicada pela presença de uma facção coreana pró-independência, conhecida como Partido Progressista (Gaehwa-dang), bem como de uma facção conservadora. Enquanto a primeira procurava o apoio do Japão, a segunda procurava o apoio da China.

O ministro japonês da Coreia, Miura Gorō, organizou uma conspiração contra Rainha Min (que mais tarde recebeu o título de "Imperatriz Myeongseong"), de 43 anos, e foi assassinado por agentes japoneses em 8 de outubro de 1895. Em 2001, foram encontrados relatos russos sobre o assassinio nos arquivos do Ministério do Comércio Externo da Federação Russa. Os documentos incluíam o depoimento do Rei Gojong, vários relatos de testemunhas do assassinato e o relatório de Karl Ivanovich Weber a Aleksey Lobanov-Rostovsky, Ministro do Comércio Externo russo, por Park Jonghyo. Na altura, Weber era o encarregado de negócios da legação russa em Seul. Segundo o relato de uma testemunha ocular russa, Seredin-Sabatin, um empregado do rei, um grupo de agentes japoneses entrou em Gyeongbokgung, matou a Rainha Min e profanou o seu corpo na ala norte do palácio (Schlichtmann, 2003).

Em outubro de 1897, Gojong decidiu regressar ao seu outro palácio, Deoksugung, e proclamou a fundação do Império Coreano. Durante este período, o Governo coreano prosseguiu uma política de ocidentalização. No entanto, esta reforma não foi duradoura e o Clube da Independência foi dissolvido em 25 de dezembro de 1898, quando o novo imperador Gojong anunciou oficialmente a proibição de congressos não oficiais.

O domínio económico e militar na Coreia em 1904 permitiu a anexação do Japão com 25 reformas que não foram realizadas. De acordo com o Tratado de Portsmouth, assinado em setembro de 1905, a Rússia reconheceu o "interesse político, militar e económico" do Japão na Coreia.

Em 1905, a Coreia foi declarada protetorado do Japão e as reformas prosseguiram. Em junho de 1907, foi proclamada a segunda conferência de paz de Haia, na qual o imperador Goyong enviou secretamente três representantes para chamar a atenção do mundo para os problemas da Coreia. Os delegados internacionais negaram aos três enviados o acesso aos debates públicos que puseram em causa a legalidade da convenção do protetorado. Em desespero, um dos representantes coreanos, Yi Tjoune, suicidou-se em Haia (Schlichtmann, 2003).

No auge da Primeira Guerra Sino-Japonesa de 1894-1895, os comerciantes japoneses começaram a estabelecer-se nas vilas e cidades da Coreia em busca de oportunidades económicas. Em 1910, o número de colonos japoneses na Coreia tinha atingido mais de 170.000, constituindo a maior comunidade japonesa ultramarina do mundo nessa altura. Os líderes japoneses, convencidos de que o seu próprio país estava sobrepovoado, especialmente nas zonas rurais, encorajaram os agricultores a emigrar (Paine, 2003).

Muitos colonos japoneses mostraram interesse em adquirir terras agrícolas na Coreia, mesmo antes de a propriedade de terras japonesas ter sido oficialmente legalizada em 1906. O governador-geral Terauchi Masatake facilitou a solução através da reforma agrária, que inicialmente se revelou popular entre a maioria da população coreana. O sistema de propriedade fundiária coreano incluía proprietários ausentes, coproprietários e arrendatários, e cultivadores com propriedade tradicional (mas sem prova legal). O novo Serviço de Registo Predial de Terauchi efetuou levantamentos cadastrais que estabeleceram a propriedade com base em provas escritas (escrituras, títulos e documentos semelhantes). O sistema negava a propriedade àqueles que não podiam fornecer tal documentação escrita; estes eram na sua maioria proprietários de terras de classe alta, imparciais, que tinham apenas os direitos tradicionais de cultivadores verbatim. Os proprietários de terras japoneses incluíam indivíduos e empresas (como a Japan East Korea Company), (Ramalho, 2013).

Na década de 1930, o crescimento da economia urbana e o êxodo dos agricultores para as cidades enfraqueceram gradualmente o domínio dos proprietários de terras. Com o crescimento da economia em tempo de guerra, o governo reconheceu que o senhorio era um obstáculo ao aumento da produtividade agrícola e tomou medidas para aumentar o controlo sobre o sector rural através da formação, no Japão, em 1943, da Associação Agrícola Central, uma organização obrigatória na economia de comando em tempo de guerra.

Neste contexto, o Japão aproveitou o boom comercial do tempo de guerra para dar um salto em frente como país capitalista. A Coreia tornou-se não só um mercado para os produtos japoneses, mas também uma região fértil para o investimento de capitais. Entretanto, o desenvolvimento industrial do Japão fez-se à custa da produção agrícola, criando uma escassez crónica de arroz. O governo colonial levou a cabo projetos para aumentar a produção de arroz em toda a Coreia. Muitos agricultores foram obrigados a converter os seus campos secos em arroz. O programa foi temporariamente suspenso durante a depressão económica mundial do início da década de 1930. No entanto, foi rapidamente retomado para satisfazer as necessidades crescentes do exército japonês na sua guerra contra a China, que teve início em 1931. A maioria dos coreanos foi forçada a subsistir com cereais de baixa qualidade importados da Manchúria em vez do seu próprio arroz.

Devido à forte pressão do Japão, os coreanos organizaram uma grande manifestação anti japonesa em Seul, em 1926, por ocasião do funeral do Imperador Sunjong. Em novembro de 1929, uma revolta estudantil de âmbito nacional em Gwangju exigiu o fim da discriminação

japonesa, tendo estes movimentos de resistência sido liderados por um grande grupo de intelectuais coreanos (Rodrigues, 2020).

Em 1931, os japoneses voltaram a impor o regime militar. Após a eclosão da Segunda Guerra Sino-Japonesa (1937) e da Segunda Guerra Mundial no Pacífico (1941), o Japão tentou extinguir a Coreia como nação: os coreanos foram obrigados a prestar culto nos santuários japoneses Shintō e até a adotar nomes ao estilo japonês, e as sociedades acadêmicas dedicadas aos estudos coreanos foram proibidas, assim como os jornais e revistas publicados em coreano (Kim, 1997). O Japão precisava desesperadamente de mão de obra adicional para preencher as fileiras cada vez mais reduzidas das suas forças militares e laborais. Consequentemente, centenas de milhares de coreanos fisicamente aptos, independentemente do gênero, foram recrutados para lutar pelo Japão e trabalhar em minas, fábricas e bases militares. Além disso, após o início da Guerra do Pacífico, os japoneses forçaram milhares de mulheres coreanas a prestar serviços sexuais (como "mulheres de conforto") aos militares.

Quando Xangai caiu nas mãos dos japoneses, o governo provisório coreano mudou-se para Chongqing, no sudoeste da China. Em dezembro de 1941, declarou guerra ao Japão e organizou o Exército de Restauração da Coreia, composto por combatentes chineses pré-independência.

A Declaração do Cairo, emitida em 1 de dezembro de 1943 pelos Estados Unidos, a Grã-Bretanha e a China, prometia a independência da Coreia "no momento oportuno". Esta frase vaga levou os dirigentes do governo provisório coreano em Chongqing a solicitar uma interpretação aos Estados Unidos. Franklin D. Roosevelt propôs ao primeiro-ministro soviético Joseph Estaline uma tutela de quatro potências para a Coreia, constituída pelos Estados Unidos, o Reino Unido, a URSS e a República da China. Estaline aceitou, em princípio, a proposta de Roosevelt, mas não se chegou a um acordo formal sobre o futuro estatuto da Coreia e, após a reunião de Ialta, verificou-se um crescente mal-estar entre os aliados anglo-americanos e a URSS (Fehrenbach, 2000).

Durante a Conferência de Potsdam, em julho de 1945, os chefes militares americanos insistiram em restringir a entrada dos soviéticos na guerra contra o Japão. Os chefes militares soviéticos questionaram os seus homólogos americanos sobre a possibilidade de invadir a Coreia, tendo os americanos respondido que tal expedição não seria possível enquanto não houvesse um desembarque bem-sucedido em território japonês.

A Ordem Geral n.º 1, redigida em 11 de agosto pelos Estados Unidos para as condições de rendição dos japoneses na Coreia, previa que as forças japonesas a norte da latitude 38º N (latitude 38º N) e as que se encontravam a sul dessa linha fossem entregues aos americanos.

Tendo em conta que a política dos EUA em relação à Coreia durante a Segunda Guerra Mundial tinha como objetivo impedir que uma única potência dominasse a Coreia, é razoável concluir que a principal razão para a divisão foi impedir o avanço soviético a sul do paralelo 38 (Lowe, 2014).

A retirada do Japão causou agitação política entre os coreanos de ambas as regiões. Alguns coreanos organizaram um Comité para a Preparação da Independência da Coreia, chefiado por Woon-Hyung Lyuh (Yŏ Un-hyŏng), movimentos de ideologia socialista. Sob o comando do tenente-general John R. Hodge, comandante-geral das forças armadas norte-americanas na Coreia, recusou-se a reconhecer a república, afirmando que o governo militar era o "único governo" na Coreia (Matray, 1995). A política dos EUA na Coreia consistia em estabelecer uma tutela para substituir as forças de ocupação norte-americanas e soviéticas na Coreia.

1.3. Estabelecimento do Regime de Kim Il-sung: A criação da Coreia do Norte

Ao contrário das forças americanas na Coreia do Sul, o exército soviético marchou para norte em 1945, acompanhado por um grupo de comunistas coreanos expatriados. Ao colocar estes últimos em posições-chave de poder, a União Soviética estabeleceu facilmente um governo de controlo comunista no Norte. Em 25 de agosto, o Conselho Comunista da Província de Hamgyong do Sul e outros nacionalistas formaram o Comité Executivo Popular da Província de Hamgyong do Sul. As autoridades soviéticas reconheceram o poder administrativo do comité na província, abrindo assim um precedente para o papel do comité em todas as províncias do Norte. Desta forma, a União Soviética colocou o Norte sob o seu controlo sem estabelecer efetivamente um regime militar. Em outubro, os líderes norte-coreanos organizaram o Gabinete de Administração das Cinco Províncias, um órgão do governo central, que foi substituído em fevereiro de 1946 pelo Comité Executivo Popular da Província de Hamgyong do Sul, o Comité Popular Provisório da Coreia do Norte. Este novo órgão, um governo central de facto, adotou a estrutura política da União Soviética (Edwards, 2010).

O líder comunista Kim Il-Sung, que tinha estado envolvido no movimento de resistência contra a ocupação japonesa, chegou a Pyongyang com o uniforme de major do Exército Vermelho e

foi apresentado ao povo como herói nacional a 14 de outubro de 1945. Pouco depois da sua aparição pública, Kim Il-sung foi eleito primeiro secretário do Bureau Central do Partido Comunista da Coreia do Norte. Após a organização do Comité Popular Provisório, presidido por Kim, este assumiu o comando dos serviços administrativos centrais existentes. Um ano mais tarde, em fevereiro de 1947, foi criado um órgão legislativo com o nome de Assembleia Popular Suprema e, com o forte apoio das autoridades de ocupação soviéticas, Kim Il-sung começou a consolidar o seu poder político (Suh D. , 1988).

Em 1948, quando foi criada a República Popular Democrática da Coreia, Kim Il-Sung tornou-se o primeiro primeiro-ministro do regime comunista norte-coreano. Em 1949, tornou-se presidente do Partido dos Trabalhadores da Coreia (PTC), criado a partir de partidos comunistas anteriormente fundados. Até à sua morte, em 1994, Kim governou o país com mão de ferro, promovendo um culto da personalidade centrado em si próprio como o "Grande Líder" do povo coreano.

Após a guerra da Coreia, Kim Il-sung expulsou a chamada "fação interna" (um grupo comunista autóctone que tinha permanecido na Coreia durante o período colonial) no meio de uma intensa busca dos culpados da guerra desastrosa. Depois de 1956, quando o conflito sino-soviético se intensificou, Kim Il-sung mudou a sua posição em relação a Moscovo e Pequim pelo menos três vezes: de pró-soviético a neutro, a pró-chinês e, finalmente, a independente. Durante os anos 1956-58, levou a cabo uma purga contra o grupo pró-chinês conhecido como a fação Yen-an e dissolveu uma fação pró-soviética do Comité Central do PTC.

Em 1966, após uma visita a Pyongyang do Primeiro-Ministro soviético Aleksey N. Kosygin, Kim Il-sung anunciou o que viria a ser conhecido como a linha partidária independente na Coreia do Norte, que sublinhava os princípios da "completa igualdade, soberania, respeito mútuo e não interferência entre os Partidos Comunista e dos Trabalhadores". A partir desta linha partidária, os teóricos do PTC desenvolveram quatro princípios de autossuficiência (Juche): "autonomia na ideologia, independência na política, autossuficiência na economia e autossuficiência na defesa" (Kandilarov & Soyoung, 2015).

No final dos anos 60, o regime lançou um programa de reforço das forças armadas. No âmbito da tarefa de fortificação de todo o país, foram construídos mais aeródromos militares e grandes hangares subterrâneos para aviões. Além disso, foi mantido um grande exército permanente e uma forte força militar.

A ênfase dada pela Coreia do Norte ao reforço das suas forças militares foi acompanhada por uma concentração contínua no desenvolvimento de uma economia autossuficiente. Com a ajuda da União Soviética, da China e dos países da Europa de Leste, a Coreia do Norte implementou uma série de planos de desenvolvimento económico e fez progressos significativos. No entanto, como a ajuda externa diminuiu drasticamente (primeiro da União Soviética, a partir do final da década de 1950, e depois da China, no início da Revolução Cultural, em meados da década de 1960), o plano de sete anos de 1961-1967 foi seriamente afetado, como o indica a prorrogação do plano por mais três anos.

Dois planos subsequentes, um plano de seis anos (1971-76, prorrogado até 1977) e um plano de sete anos (1978-84), também não conseguiram atingir os seus objetivos. Embora o crescimento económico do país tenha sido prejudicado pelo declínio da ajuda externa e pelas elevadas despesas com a defesa, a concentração contínua na indústria pesada criou uma grave escassez de produtos básicos e reduziu o nível de vida. A escassez de alimentos agravou-se, em parte devido ao facto de a população ter quase triplicado entre 1953 e 1993 (Szalontai, 2005).

Quando a Constituição de 1972 foi adotada, o cargo de primeiro-ministro foi substituído pelo de presidente, que Kim Il-Sung assumiu; Kim manteve também a sua posição de presidente (secretário-geral reeleito) do PTC. Em 1980, o PTC realizou o seu primeiro congresso partidário numa década. Durante o congresso, Kim Il-sung revelou a sua ambição dinástica ao nomear o seu filho, Kim Jong-il, para três cargos importantes do partido, fazendo de Kim Jong-il o seu herdeiro aparente. Kim Jong-il consolidou o seu poder e assumiu gradualmente um controlo crescente sobre a administração quotidiana do governo até à morte do seu pai em julho de 1994.

No final da década de 1960, a Coreia do Norte intensificou significativamente as suas atividades de subversão e infiltração contra a Coreia do Sul: de cerca de 50 incidentes em 1966 para mais de 500 em 1967. Um dos seus atos mais descarados ocorreu em 21 de janeiro de 1968, quando um grupo de 21 comandos norte-coreanos conseguiu aproximar-se a poucas centenas de metros do palácio presidencial sul-coreano em Seul, numa tentativa de matar o Presidente Park Chung-Hee. Dois dias depois, a marinha norte-coreana apoderou-se à força de um navio dos serviços secretos dos EUA, o USS Pueblo, e da sua tripulação ao longo da costa oriental da Coreia do Norte, mantendo a tripulação em cativeiro durante quase um ano. Em abril de 1969, a Coreia do Norte abateu um avião de reconhecimento americano no espaço aéreo internacional sobre a costa oriental da península. As provocações armadas da Coreia do

Norte continuaram no início da década de 1970, marcando o período de maior tensão militar na península desde o fim da Guerra da Coreia (Radchenko & Schaefer, 2017).

1.4. Sucessão e continuidade sob Kim Jong-il e Kim Jong-un

Kim Il-Sung morreu em 8 de julho de 1994 e foi sucedido pelo seu filho Kim Jong-il. No entanto, este não assumiu os cargos de secretário-geral do PTC ou de presidente da Coreia do Norte, mas consolidou o seu poder durante vários anos. Em 1997, tornou-se oficialmente chefe do PTC e, em 1998, o cargo de presidente foi retirado da Constituição norte-coreana (Kim Il-Sung recebeu mais tarde o título de "presidente eterno") e Kim Jong-il foi reeleito presidente da Comissão de Defesa Nacional, que se tornou o mais alto cargo do país (uma nova revisão da Constituição, em abril de 2009, acrescentou o título de "líder supremo" à descrição das funções de Kim Jong-il).

O seu regime adotou a diretriz básica da "política militar em primeiro lugar" (sŏngun chŏngch'i) para o salvaguardar de qualquer impacto adverso imprevisto resultante de acontecimentos como o colapso da União Soviética e dos regimes comunistas da Europa de Leste no final da década de 1980 e início da década de 1990 e as persistentes dificuldades económicas internas (Gittings, 2008).

A morte de Kim Il-sung ocorreu numa altura crítica para a Coreia do Norte. O país estava envolvido numa disputa sobre questões nucleares com os Estados Unidos e a Agência Internacional de Energia Atómica (AIEA). No entanto, em outubro de 1994, os Estados Unidos e a Coreia do Norte tinham assinado um acordo nuclear (o "Agreed Framework"), nos termos deste acordo, a Coreia do Norte renunciou aos seus esforços para desenvolver armas nucleares e comprometeu-se a respeitar o Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP), em troca do qual os Estados Unidos financiaram e construíram dois reatores de água leve (LWR) capazes de produzir energia elétrica. O acordo restaurou a esperança de reconciliação Norte-Sul e de uma reunificação pacífica da península dividida (Pollack, 2010).

A crise alimentar que assolou a Coreia do Norte na década de 1990 marcou um período de grandes desafios para o país, destacando as vulnerabilidades do sistema económico e social norte-coreano. No entanto, as décadas seguintes testemunharam uma tentativa gradual de adaptação, que incluiu a introdução de elementos do mercado nas políticas económicas do país.

Ao longo da década de 1990, a Coreia do Norte sofreu graves carências alimentares que conduziram a uma crise alimentar generalizada. Num esforço para ajudar a Coreia do Norte a fazer face a esta crise, a Coreia do Sul, o Japão, os Estados Unidos e as agências internacionais de ajuda (incluindo o Programa Alimentar Mundial das Nações Unidas) forneceram alimentos de emergência e assistência médica. A reação do governo norte-coreano no interior do país incluiu a promoção oficial daquilo a que chamou a "marcha árdua" (também conhecida como "campanha de escassez de alimentos"). Apesar destas medidas, centenas de milhares de norte-coreanos morreram de fome na segunda metade da década de 1990 e um estudo da ONU (Organização das Nações Unidas) concluiu que a esperança de vida tinha diminuído substancialmente e que a mortalidade infantil tinha aumentado drasticamente. A situação económica do país começou a melhorar no início do século XXI, em parte devido aos esforços da própria Coreia do Norte para se adaptar a certos aspetos da economia de mercado, incluindo políticas comerciais mais abertas. No entanto, no final de 2009, a economia foi temporariamente deflacionada quando um programa governamental de reforma monetária reduziu o won para 1% do seu valor anterior, limitando as pessoas a trocarem apenas uma pequena quantidade da antiga moeda pela nova. A revalorização, destinada em parte a impulsionar a atividade do mercado privado, provocou inflação, uma crise alimentar e protestos públicos, uma vez que muitos cidadãos viram as suas poupanças desaparecer. Posteriormente, o Governo reconheceu as deficiências do programa de reformas e o funcionário identificado como responsável pela sua execução foi afastado em março de 2010.

Após a consolidação do poder por Kim Jong-il ao abrigo da Constituição de 1998, o seu regime começou a estabelecer relações diplomáticas formais com muitos países, incluindo os da Europa Ocidental. No início de 2001, a Coreia do Norte tinha estabelecido relações com a maior parte do Ocidente, num clima mais amistoso criado pela melhoria das relações intercoreanas. Os Estados Unidos, a Coreia do Sul e o Japão também tinham razões para manter os canais diplomáticos abertos com a Coreia do Norte, nomeadamente para manter a paz e procurar melhorar a situação dos direitos humanos no país. No entanto, apesar dos seus êxitos com outros países, a Coreia do Norte não fez progressos substanciais nas suas conversações diplomáticas com o Japão e os EUA, mesmo após anos de contactos diretos (Ahn, 1999).

Coincidindo com o lançamento do míssil e o ensaio nuclear em 2009, o filho mais novo de Kim Jong-il, Kim Jong-un, começou a ser mencionado como o seu possível sucessor, estatuto que se cimentou nos dois anos seguintes. Após a morte do pai, em dezembro de 2011, Kim

Jong-un foi declarado "líder supremo" da Coreia do Norte, dando continuidade à dinastia Kim numa terceira geração (Hyun, Kim, Han, & Anderson, 2022).

Kim Jong-un demonstrou uma atitude pública mais amigável do que o seu pai, o que lhe valeu comparações com o seu avô "presidente eterno" Kim Il-sung, mas as esperanças de que o Kim mais novo forjasse um novo rumo para o país foram rapidamente frustradas. Kim Jong-un agiu rapidamente para consolidar a sua posição, executando aqueles que desafiavam o seu governo e afastando os funcionários que tinham acumulado influência sob o comando do seu pai. Em abril de 2012, Kim Jong-un foi nomeado presidente da Comissão Militar Central do partido, um título anteriormente detido pelo seu pai, bem como o primeiro presidente da Comissão de Defesa Nacional, a mais alta autoridade administrativa do país (Lee R. , 2021)

O facto de Jang Song-Thaek, uma das principais figuras do governo da Coreia do Norte e casado com a tia de Kim Jong-un, se encontrar atrás de Kim Jong-un no cortejo fúnebre de Kim Jong-il levou muitas pessoas na China e no Ocidente a concluir que Jang Song-Thaek exerceria uma influência significativa no novo regime. Jang Song-Thaek desempenhou um papel central na transição do regime após a morte de Kim Il-sung e supervisionou a reação brutal a um golpe de Estado abortado pelo 6º Corpo de Exército em 1995. Nessa altura, Jang Song-Thaek era visto como um possível sucessor de Kim Jong-il e os observadores internacionais acreditavam que ele iria promover reformas no seio do governo norte-coreano. Estas suposições revelaram-se erradas. Jang Song-Thaek foi considerado um traidor e ele e todo o seu círculo íntimo foram expurgados e executados no final de 2013. Algumas das execuções terão sido efetuadas com metralhadoras antiaéreas, e o nome e a imagem de Jang Song-Thaek foram apagados das comunicações oficiais do partido (Bandow, 2022).

Em 2013 as tensões da Península Coreana aumentaram significativamente, após a Coreia do Norte ter realizado um teste nuclear e ter adotado uma postura mais agressiva contra os seus vizinhos e aliados dos EUA. Esta situação levou a uma sucessão de ameaças e medidas de retaliação, que causaram impacto na região. Este acontecimento trouxe grande incerteza à região e ao mundo. A Coreia do Norte voltou a intensificar dramaticamente a sua retórica contra os EUA e a Coreia do Sul, incluindo ameaças verbais de ataques com mísseis contra ambos os países. Em abril de 2013, a Coreia do Norte encerrou a Zona Industrial Conjunta de Kaesong, embora esta tenha sido reaberta quase quatro meses depois. O lado sul-coreano voltou a encerrá-la em fevereiro de 2016, aparentemente para sempre, e os trabalhadores de ambos os países foram chamados a regressar a casa (Kim & Ishiyama, 2023).

Em fevereiro de 2014, realizaram-se reuniões familiares entre parentes separados desde a Guerra da Coreia na estância turística do Monte Kumgang. A presidente sul-coreana Park Geun-Hye sugeriu que as reuniões fossem regulares, mas a Coreia do Norte rejeitou a proposta. No mês seguinte, os dois países trocaram tiros de artilharia no Mar Amarelo (Foster-Carter, 2020).

O Conselho de Segurança das Nações Unidas reagiu aprovando por unanimidade um alargamento drástico das sanções impostas ao regime há uma década. Em 6 de maio de 2016, realizou-se o sétimo congresso do Partido dos Trabalhadores da Coreia em 36 anos, no qual Kim Jong-un recebeu o título de presidente do partido. No mês seguinte, o congresso da Assembleia Popular Suprema alterou a Constituição, alargando e consolidando os já vastos poderes de Kim Jong-un. Em setembro de 2016, a Coreia do Norte detonou a sua quinta e mais poderosa arma nuclear até à data e realizou dezenas de testes de mísseis balísticos ao longo do ano. Em breve, foram decretadas sanções adicionais da ONU, restringindo o comércio de carvão, a exportação mais importante da Coreia do Norte (Kim & Ishiyama, 2023).

Enquanto os líderes mundiais exortavam a China a usar a sua influência para travar as ambições nucleares da Coreia do Norte, os dois aliados tradicionais pareciam estar cada vez mais em desacordo um com o outro. Kim Jong-nam, o filho mais velho de Kim Jong-il e meio-irmão de Kim Jong-un, viveu durante anos sob proteção chinesa em Pequim e Macau. Em 13 de fevereiro de 2017, foi assassinado em Kuala Lumpur, quando duas mulheres pressionaram contra o seu rosto um bastão embebido em agente nervoso VX. O assassinato ao mais alto nível do mais valioso ativo político norte-coreano da China, presumivelmente sob as ordens de Pyongyang, não poderia ter acontecido numa altura mais sensata. Poucos dias depois, a China anunciou que estava a suspender as importações de carvão norte-coreano para o resto do ano (Tu , 2020).

A Coreia do Norte continuou a manter uma postura beligerante ao longo de 2017, mas os Jogos Olímpicos de inverno de 2018 P'yŏngch'ang (Pyeongchang), na Coreia do Sul, ofereceram uma surpreendente via de diálogo. Os atletas de ambas as Coreias marcharam juntos para a cerimónia de abertura sob uma faixa que mostrava uma silhueta da península coreana num campo branco. A mãe de Kim, Kim Yo-Jong, participou nos jogos, tornando-se a primeira representante oficial da família governante da Coreia do Norte a pisar o Sul desde o fim da Guerra da Coreia. Kim Yo-Jong encontrou-se com o presidente sul-coreano. Moon Jae-In encontrou-se com Kim Jong-un a 10 de fevereiro de 2018 e entregou-lhe uma nota manuscrita do seu filho, convidando Moon Jae-In a visitá-lo em Pyongyang "o mais rapidamente possível".

Em março, membros da administração de Moon Jae-In deslocaram-se a Pyongyang para se encontrarem com Kim Jong-un para um almoço de trabalho. Este evento preparou o caminho para um encontro histórico entre Kim Jong-un e Moon Jae-In na "aldeia problemática" de P'anmunjŏm, em 27 de abril de 2018. Foi a primeira vez, em mais de uma década, que os líderes das duas Coreias mantiveram conversações diretas, tendo os dois discutido a desnuclearização da península coreana e a conclusão de um acordo de armas que acabaria oficialmente com a Guerra da Coreia (Lee J. , 2020).

Se o diálogo de Kim Jong-un com o Sul parecia um desvio radical da norma, a mudança nas relações com os EUA foi um desvio ainda mais extremo. Menos de um ano antes, Kim Jong-un e Donald Trump trocavam insultos e ameaçavam-se mutuamente com uma guerra nuclear, mas em maio de 2018 os dois tinham começado a preparar-se para uma cimeira sem precedentes em Singapura. Depois de os funcionários norte-coreanos terem descrito como "ignorantes e estúpidas" as declarações ameaçadoras de altos funcionários da administração Trump, este cancelou a reunião, só para ser chamado oito dias depois. Em 12 de junho de 2018, pela primeira vez na história, os atuais líderes dos Estados Unidos e da Coreia do Norte encontraram-se frente a frente. O encontro foi um triunfo para Kim Jong-un. Não só enfrentou de igual para igual o líder do mais poderoso adversário do seu país, como Donald Trump prometeu acabar com os exercícios militares conjuntos entre os EUA e a Coreia do Sul, um anúncio que surpreendeu Seul e o Pentágono. Donald Trump também declarou que queria acabar com a presença militar dos EUA na Coreia do Sul e prometeu convidar Kim Jong-un a visitá-lo na Casa Branca numa data posterior (Park & Kaye, 2020).

As conversações prosseguiram em fevereiro de 2019, com uma cimeira em Hanói, no Vietname, que produziu poucos progressos concretos. Os negociadores norte-coreanos pediram o levantamento de algumas ou de todas as sanções económicas dos EUA (as duas partes apresentaram versões diferentes dos pormenores) como condição prévia para novas medidas no processo de desnuclearização, e as discussões formais foram interrompidas pouco depois de terem começado. No entanto, o evento foi um sucesso para Kim Jong-un: mais uma vez apareceu ao lado de Donald Trump, uma imagem que teve um enorme valor de propaganda para a Coreia do Norte. Kim Jong-un também respondeu ao que se acredita serem as suas primeiras perguntas de jornalistas estrangeiros, um passo sem precedentes para o regime historicamente secreto de Pyongyang. No entanto, o fracasso das conversações de Hanói não marcou o fim do desvio. A 30 de junho de 2019, Donald Trump encontrou-se com Kim Jong-un em P'anmunjŏm, na zona desmilitarizada entre a Coreia do Norte e a Coreia do Sul. Durante

essa reunião, Trump pisou brevemente um marco de betão que assinala a fronteira entre os dois países e tornou-se o primeiro presidente dos EUA em exercício a pôr os pés na Coreia do Norte (Sodekawa, 2020).

A análise do significado destes acontecimentos é multifacetada. Em primeiro lugar, a cimeira de Singapura representou uma rutura com a anterior retórica hostil, em que ambos os líderes se ameaçavam mutuamente com uma guerra nuclear. A possibilidade de Kim Jong-un se encontrar com o Presidente dos EUA Donald Trump, um dos mais poderosos líderes mundiais, não só lhe conferiu legitimidade, como também demonstrou um certo nível de sucesso diplomático. O facto de Trump ter anunciado a suspensão dos exercícios militares conjuntos com a Coreia do Sul e ter discutido a possibilidade de um encontro na Casa Branca, surpreendendo aliados como Seul, sublinha a transformação da dinâmica de poder na região (Chanlett-Avery & Rinehart, 2014).

Em Hanói, embora as conversações não tenham conseguido qualquer avanço em termos de desnuclearização, o simples facto de Kim Jong-un ter aparecido novamente ao lado de Trump teve um valor de propaganda significativo. Este encontro, combinado com as respostas de Kim Jong-un aos jornalistas estrangeiros, simboliza uma abertura sem precedentes para um regime que tradicionalmente se tem mantido fechado. A imagem de um líder norte-coreano a interagir com o presidente dos EUA desafia as perceções e narrativas sobre a Coreia do Norte e pode influenciar a opinião pública nacional e estrangeira.

Por fim, a reunião de P'anmunjŏm, na qual Donald Trump se tornou o primeiro presidente em exercício a pôr os pés na Coreia do Norte, ilustra a vontade de ambos os líderes de ultrapassar barreiras e normas estabelecidas. Esta ação não só reforçou a imagem de Kim Jong-un como líder mundial, mas também apresentou Trump como um agente de mudança, disposto a arriscar as convenções diplomáticas (Cha & Pacheco Pardo, 2023).

Assim, mais do que os acontecimentos em si, o que está em causa é a reconfiguração das relações internacionais, a procura de legitimidade e reconhecimento por parte da Coreia do Norte e a possibilidade de novas dinâmicas geopolíticas na península coreana e não só. A relevância desta mudança não se limita apenas ao contexto imediato, mas também à forma como poderá moldar futuras interações entre potências mundiais e Estados isolados, refletindo as complexidades das relações internacionais contemporâneas.

Capítulo II – A Ideologia *Juche* na Cultura, Educação e Economia

2.1. Definição e evolução da ideologia *Juche*

A ideologia *Juche* é um dos pilares fundamentais do Estado norte-coreano e a doutrina oficial do PTC. Muitas vezes traduzida como “autossuficiência”, esta ideologia foi desenvolvida por Kim Il-sung, o fundador da Coreia do Norte, e mais tarde alargada pelo seu filho, Kim Jong-il. A origem desta ideologia remonta ao contexto histórico e social da Coreia do Norte nas décadas de 1940 e 1950, um período marcado por profundas transformações políticas e sociais.

Após a Segunda Guerra Mundial, a península coreana foi dividida em duas zonas de ocupação: o Norte, sob influência soviética, e o Sul, sob influência norte-americana. Em 1948, Kim Il-sung proclamou a República Popular Democrática da Coreia (Coreia do Norte), consolidando a sua posição de líder absoluto. A ideologia *Juche*, inicialmente derivado do marxismo-leninismo e do maoísmo, incorporou elementos da cultura política coreana, sublinhando a independência e a autossuficiência (Kwon & Chung, North Korea: Beyond charismatic politics., 2012).

A situação política e social da época caracterizava-se por tensões geopolíticas, com a Guerra Fria a marcar as interações entre as superpotências. Na Coreia do Norte, a construção de uma sociedade socialista foi acompanhada de uma intensa repressão política e da supressão de dissidentes. A ideologia *Juche* começou a ser utilizado como forma de legitimar o regime de Kim Il-sung, reforçando o culto da personalidade em torno do líder e promovendo a ideia de que o povo coreano deveria ser autossuficiente e depender apenas dos seus próprios recursos e esforços

Ao longo dos anos, a ideologia *Juche* evoluiu para um conceito mais amplo, centrado não só na autossuficiência económica, mas também na independência política e militar. O regime de Kim Il-sung utilizou a ideologia *Juche* como instrumento para consolidar o seu poder, promovendo a ideia de que a verdadeira força da Coreia do Norte residia na sua capacidade de resistir a influências externas e de manter a sua soberania (Alavrez , 2020).

Na sequência da rendição japonesa e da divisão da Península Coreana em 1945, Kim ganhou proeminência como líder popular e carismático na metade norte controlada pelos soviéticos e, em 1948, ascendeu rapidamente aos escalões superiores do poder. A sua ousada invasão da Coreia do Sul em 1950 desencadeou a Guerra da Coreia. Embora a guerra tenha terminado num impasse, durante este período Kim solidificou a sua posição como governante supremo

da Coreia do Norte. Nessa altura, começou a articular uma visão radicalmente independente, tanto a nível político como ideológico, para a Coreia do Norte. Esta atitude foi, em parte, uma resposta à sua dependência da ajuda soviética e chinesa, que, embora necessária para a sobrevivência da Coreia do Norte, era um ponto de discórdia para Kim, que era visto como um fantoche de Moscovo ou Pequim.

Kim Il-Sung cunhou pela primeira vez o termo *Juche* em meados da década de 1950, mas só uma década mais tarde é que se tornou uma ideologia consistente no centro da filosofia política norte-coreana. Num discurso de 1967 intitulado "Incorporemos mais completamente o espírito revolucionário de independência, autossuficiência e autodefesa em todos os ramos da atividade do Estado", Kim descreveu três princípios fundamentais da ideologia *Juche*: *jaju*, independência política e ideológica; *jarip*, independência económica; e *jawi*, independência militar (Widjaja, Boiliu, Gultom, & Simanjuntak, 2021).

A ideologia *Juche* emergiu de uma complexa tapeçaria de ideologias políticas, filosóficas e históricas. Embora seja clara a devoção de Kim ao pensamento marxista-leninista soviético e ao maoísmo chinês, *Juche* é também fortemente influenciado pela antiga filosofia política coreana, como o próprio Kim Il-sung orgulhosamente proclamou. Um tema fundamental da história coreana tem sido a resistência feroz contra os invasores chineses, japoneses e mongóis, e os maiores líderes da Coreia conseguiram repelir as forças estrangeiras e afirmar uma identidade exclusivamente coreana. Kim Il-sung via-se a si próprio como um campeão do século XX da antiga tradição coreana de resistência heroica à influência externa.

A ideologia *Juche* é apresentado por Pyongyang como superior a todos os outros sistemas ideológicos, incluindo o Marxismo, embora reconheça que sua base seja a teoria marxista-leninista. Atualmente todas as menções a Marx, Engels e Lenin foram removidas dos textos oficiais da ideologia *Juche*. A versão mais completa desta ideologia foi estabelecida formalmente nos anos 1970, sendo que, uma tentativa anterior de substituir o Marxismo-Leninismo tradicional poderia ter resultado em um rompimento com a União Soviética, cuja assistência ainda era essencial para a Coreia do Norte. (French, 2016)

A aplicação criativa do Marxismo-Leninismo por Kim Il-sung na Coreia do Norte representou uma das reinterpretações mais significativas dessa ideologia no contexto do século XX. Kim afirmava que a ditadura do proletariado poderia e deveria persistir em qualquer nação onde ainda existissem países capitalistas, o que gerava um pano de fundo teórico para justificar a luta contínua do seu regime. Ao contrário de muitos críticos que viam as suas inovações como

um desvio do marxismo tradicional — ou mesmo como um revisionismo perigoso — Kim considerava as suas adaptações como uma resposta legítima e necessária à realidade específica da Coreia do Norte.

Para os marxistas soviéticos, no entanto, essa reinterpretação de Kim Il-sung era vista como uma grave heresia. Eles defendiam uma abordagem mais ortodoxa e universalista do Marxismo-Leninismo, e a insistência de Kim Il-sung em moldar as ideias de Marx e Lenin à luz das circunstâncias locais soava como uma traição aos princípios fundamentais da revolução proletária. Essa discordância refletia não apenas tensões ideológicas, mas também uma rivalidade geopolítica crescente entre a Coreia do Norte e a União Soviética, que se intensificou ao longo do tempo (Myers, 2010).

Apesar de suas revisões, Kim Il-sung manteve-se fiel a muitos conceitos fundamentais do pensamento marxista-leninista. Ele valorizava a distinção entre repúblicas burguesas e soviéticas, o centralismo democrático, e a ditadura do proletariado, vendo neles ferramentas essenciais para consolidar o poder e promover a transformação social. A ideia de "comunismo de guerra" que emergiu de sua análise da situação da Coreia do Norte revelou-se particularmente pertinente. O comunismo de guerra exigia uma total subordinação de toda a produção e distribuição econômica ao Estado, promovendo a nacionalização dos recursos e a implementação de um sistema de racionamento rigoroso para gerenciar a escassez de bens. Neste contexto, o governo central não fixava apenas os preços, mas também controlava a circulação da moeda, tentando garantir que a economia permanecesse sob controle estatal e longe das influências do mercado capitalista (Armstrong C. , 2003).

No entanto, à medida que se aproximava o colapso da União Soviética e as relações entre Pyongyang e Moscovo deterioravam-se sob a liderança de Gorbachev, Kim Il-sung começou a distanciar-se das tradições marxistas ortodoxas. Simultaneamente, a China, sob Deng Xiaoping, iniciava o seu próprio programa de reformas que se afastava do modelo socialista tradicional, levando Kim a procurar um caminho próprio, expresso na ideia de "socialismo à Nossa Maneira." Essa nova abordagem ecoava o conceito de "Socialismo Num Só País" de Lenine, mas adaptado às suas circunstâncias nacionais.

A ideologia *Juche*, a filosofia que emergiu desse contexto, foi inicialmente apresentado como uma abordagem internacionalista, com a ideia de que o verdadeiro socialismo poderia ser alcançado não apenas na Coreia, mas também servir como um exemplo para outras nações oprimidas. Kim Il-sung, assim como os estalinistas que argumentavam que o "Socialismo Num

Só País" era uma forma de internacionalismo, acreditava que o fortalecimento do socialismo na Coreia do Norte criaria as condições necessárias para uma revolução proletária global. Por outras palavras, Kim Il-sung via o principal objetivo do internacionalismo como a construção de um sistema comunista na Coreia, que serviria de farol para outros movimentos socialistas em todo o mundo (French, 2016).

Essa perspectiva não apenas reforçou o regime de Kim Il-sung, mas também moldou a identidade nacional da Coreia do Norte, que se via como um influenciador do socialismo num mundo dominado pelo capitalismo. Essa narrativa, ainda que complexa e contraditória, ajudou a cimentar *Juche* como uma ideologia central, destacando a luta da Coreia do Norte por autonomia e soberania em face das pressões externas. Essa procura incessante pela autodeterminação, dentro da moldura do pensamento socialista, continua a influenciar as políticas da Coreia do Norte até os dias de hoje.

Kim Il-sung desviou-se de forma significativa do pensamento marxista ortodoxo ao abordar a questão do livre-arbítrio. Enquanto Karl Marx sustentava que as ações humanas são moldadas pelas condições sociais e económicas, levando a "contradições históricas" que impulsionam a sociedade em direção ao socialismo, Kim introduziu uma perspectiva diferente, influenciada, talvez, pelas suas raízes cristãs. Ele enfatizou na ideologia *Juche* que as pessoas possuem livre-arbítrio e que as suas ações são motivadas por escolhas individuais, independentemente das pressões económicas.

Essa ênfase no livre-arbítrio foi particularmente evidente durante a governança de Kim Jong-il, onde a ideologia *Juche* evoluiu para incluir a ideia de que os cidadãos norte-coreanos têm a capacidade de agir de forma independente. No entanto, essa noção é paradoxal num regime totalitário onde o partido controla todos os aspetos da vida. A ideia de livre-arbítrio na Coreia do Norte, sob um sistema tão rigidamente controlado, parece quase absurda, especialmente quando se considera o conceito de autossuficiência promovido pelo regime (Cumings B. , 2004)

Ainda assim, essa narrativa é politicamente útil. Ao afirmar que os cidadãos norte-coreanos, através da ideologia *Juche*, são capazes de independência e autonomia, o regime cria um contraste intencional com a situação dos sul-coreanos, que são descritos como subservientes ao imperialismo norte-americano. Essa comparação não apenas justifica o regime autoritário da Coreia do Norte, mas também tenta legitimar a sua ideologia, posicionando-a como uma alternativa viável e forte frente às influências externas. Dessa forma, a noção de livre-arbítrio,

embora aparentemente contraditória, serve para reforçar a identidade nacional e a narrativa de resistência do país.

Sob Kim Jong-il, filho e sucessor de Kim Il-Sung, *Juche* evoluiu ainda mais, tornando-se uma ideologia utópica, quase religiosa, centrada na lealdade absoluta ao regime de Kim Il-sung. Na sua obra definitiva de 1982, *Sobre a Ideia Juche*, Kim Jong-il sublinhou a coerência da ideologia *Juche* com o marxismo-leninismo. Ele retratou *Juche* não como uma filosofia baseada no materialismo histórico, mas como uma ideologia utópica. A ideologia *Juche*, argumentou, poderia conduzir a humanidade a um estado de controlo consciente total sobre o seu destino e sobre a própria natureza. Kim sublinhou a importância da lealdade absoluta à liderança norte-coreana para alcançar esta nova era de civilização humana utópica (Widjaja, Boiliu, Gultom, & Simanjuntak, 2021).

A dinastia Kim utilizou um sistema de propaganda altamente sofisticado para manter o seu domínio absoluto sobre a Coreia do Norte. *Juche* tem sido um instrumento fundamental neste esforço, formando a população com as ideias de que o mundo exterior é fundamentalmente hostil à civilização coreana, que a Coreia do Sul é um fantoche corrupto e inimigo e que só a dinastia Kim pode defender a independência da Coreia do Norte. A transição da liderança para Kim Jong-un não alterou significativamente o papel central de *Juche* na ideologia norte-coreana (Suh D. , 2006).

A aplicação prática da ideologia *Juche* levou a Coreia do Norte a embarcar em projetos ambiciosos destinados a alcançar a autossuficiência, muitas vezes com custos económicos e sociais significativos. O Movimento Chollima, lançado no final da década de 1950 e inspirado no Grande Salto em Frente de Mao Zedong, atingiu os seus objetivos de produção industrial, embora à custa de uma pressão económica significativa. Esforços semelhantes, seguindo a mesma abordagem, conduziram a períodos de grandes dificuldades, incluindo a fome, uma vez que o Estado deu prioridade ao desenvolvimento militar e industrial em detrimento da produção de alimentos básicos.

A Coreia do Norte tem mantido, de facto, o seu estatuto de "reino eremita", implementando assim com êxito a ideologia *Juche*. No entanto, ao contrário da sua aliada China, que se empenhou numa aplicação rígida dos princípios maoístas e incorporou elementos do capitalismo orientado para o mercado a fim de facilitar o crescimento económico, a Coreia do Norte manteve um controlo governamental absoluto e centralizado da sua economia. Esta

situação deu origem a um grave subdesenvolvimento, a uma capacidade agrícola e de infraestruturas limitada, bem como à pobreza e à insegurança alimentar em todo o país.

Os académicos estão divididos quanto à questão de saber se *Juche* mantém algum vestígio das suas raízes marxistas-leninistas. Alguns argumentam que se distanciou do marxismo e se tornou uma ideologia essencialmente nacionalista. Outros argumentam que a ideologia *Juche* já não é uma ideologia política coerente, mas apenas um instrumento de propaganda que defende o domínio brutal e opressivo da dinastia Kim sobre a Coreia do Norte (Buzo, 2021).

O conceito *Juche*, idealizado por Kim Il-sung e adotado pela Coreia do Norte, é uma ideologia única que influenciou todos os aspetos da vida no país. Surgido após a devastação da Guerra da Coreia e a divisão da península, *Juche* defende a autossuficiência e a independência total do Estado. Inicialmente, promoveu o desenvolvimento industrial e agrícola, mas o colapso da URSS em 1991 provocou um grave declínio económico, resultando em desemprego em massa e na aplicação de políticas repressivas sob a liderança de Kim Jong-il. Embora inicialmente bem-sucedido, *Juche* contribuiu para o aumento da pobreza, da repressão e do isolamento internacional que caracteriza a Coreia do Norte atualmente (Jimenez & Guadalupe, 2022).

Ao longo dos anos, o *Juche* tem sido utilizado para manter o controlo autoritário, restringindo a liberdade de informação e promovendo a autossuficiência através de meios drásticos. A aplicação da ideologia *Juche* conduziu a Coreia do Norte a um estado de colapso económico e social, com milhões de cidadãos a sofrerem de fome e repressão. A nível internacional, *Juche* continua a ser um instrumento de análise para compreender a posição da Coreia do Norte em matéria de política externa, especialmente no que se refere ao seu programa nuclear e às relações internacionais, mas a perspetiva interna é a de um regime sustentado pela força e pelo isolamento.

O que distingue a ideologia *Juche* de outras formas de comunismo é o seu enfoque na autossuficiência nacional e a rejeição do comunismo global. Enquanto Lenine e Mao promoveram a expansão do comunismo mundial, Kim Il-sung abraçou o nacionalismo e a autonomia, considerando o isolacionismo e a autossuficiência como os pilares da preservação da soberania e da identidade coreanas. O *Juche* distinguiu-se assim pela sua rejeição do internacionalismo comunista e pela adoção de uma abordagem profundamente nacionalista e autárquica (Kim H. , 2023).

No entanto, segundo Lee, os problemas mais profundos da ideologia *Juche* vão para além da fome ou da repressão física; os seus maiores danos residem na destruição mental e psicológica

do seu povo. O controle absoluto da informação, a vigilância constante e a propaganda sistemática moldaram uma sociedade onde a dissidência é impossível e a autonomia mental é sufocada. Ao analisar os principais discursos de Kim Il-sung e Kim Jong-il, podemos compreender como *Juche* evoluiu das suas raízes no marxismo-leninismo para um regime que, embora mantendo a sua ênfase na autossuficiência, se transformou numa espécie de teocracia secular (Alvarez , 2020).

2.3. Principais conceitos da Ideologia *Juche*

A análise das formas religiosas da ideologia *Juche* em comparação com o cristianismo tem pelo menos três características gerais: o culto do "sagrado", é central tanto na ideologia *Juche* quanto no cristianismo, sendo que ambos colocam figuras centrais — como Kim Il-sung para os norte-coreanos e Deus para os cristãos — no centro de sua reverência. Este culto não se limita à devoção espiritual, mas acaba por se estender a uma série de práticas que envolvem a veneração e a construção de um culto simbólico que reflete a visão de mundo do sistema ideológico.

Por outro lado, a realização de rituais religiosos é um ponto de convergência entre as duas ideologias. No cristianismo, os rituais como a missa, a oração e o batismo são elementos essenciais de comunhão com Deus e com a comunidade de fiéis. Na ideologia *Juche*, apesar de não ser uma religião no sentido convencional, observa-se a prática de rituais que têm um caráter semelhante, como os cultos em homenagem a Kim Il-sung e os atos simbólicos associados à sua figura, que reforçam a ideologia e a união em torno do "sagrado" nacional. Ambos os sistemas, portanto, estruturam práticas cerimoniais para expressar e reforçar as suas crenças centrais.

Por fim, a manutenção de uma comunidade social é crucial tanto para o cristianismo quanto para a ideologia *Juche*. No cristianismo, a Igreja é o espaço onde os fiéis se reúnem para partilhar a fé, vivenciar os ensinamentos e manter a coesão da comunidade. O regime *Juche* tem uma estrutura organizacional em que a adesão à ideologia e à sua prática é essencial para a manutenção da unidade social e política. A pertença a essa comunidade exige não apenas aceitação das suas normas e crenças, mas também a adoção de papéis bem definidos dentro da estrutura social e política, onde a lealdade e a obediência são fundamentais. Por outras palavras, a experiência religiosa revela-se sempre através do pensamento e da ideologia; exprime-se através de rituais e cerimónias bem enquadrados, com palavras e comportamentos; e assume a

forma de uma organização ou comunidade em que se impõe a aceitação da pertença, a ocupação do estatuto e a divisão de papéis (Shin E. , 2007).

Apesar da diferenciação no grau de complexidade e institucionalização das três formas em cada religião, esta tem de ter as três formas, ou seja, o dogma, que é uma forma teórica, que define os princípios essenciais que orientam a visão do mundo dos fiéis. O ritual, que é uma forma prática dessas crenças, traduzindo-as em atos concretos e simbólicos de fé. E a comunidade, que é uma forma social, criando uma rede de apoio e continuidade dessas crenças, se quisermos chamar-lhe religião. Neste sentido, não é um fenómeno recente considerar o próprio socialismo como uma espécie de religião o socialismo pode ser compreendido como um sistema de crenças com seus próprios dogmas ideológicos, rituais de uma comunidade de adeptos comprometidos com a implementação dos seus ideais. Assim, o socialismo, como qualquer religião, pode criar uma estrutura que une os seus seguidores em torno de um conjunto comum de valores e práticas, funcionando como uma força motivadora e integradora. (Warner, 2008).

Os socialistas e os comunistas expulsaram a religião da sociedade socialista, acusando-a de ser o "ópio do povo". A crítica marxista à religião visava desmontar o papel que ela desempenhava em perpetuar a submissão das classes sociais desfavorecidas, mantendo-as passivas na esperança de uma recompensa futura, em vez de agir para melhorar a sua situação no presente. Ironicamente, porém, as ideologias do socialismo e do comunismo ocuparam o mesmo lugar onde outrora residia uma religião. O próprio Karl Marx acreditava que os valores positivos realizados numa religião podiam ser uma ideia orientadora para reformar o destino humano. O mesmo acreditava que os valores de solidariedade, fraternidade e justiça, presentes em muitas doutrinas religiosas, poderiam ser vistos como ideais orientadores na construção de uma sociedade mais justa e humana. Nesse sentido, a crítica marxista à religião não era uma rejeição absoluta dos valores éticos e sociais que ela promovia, mas uma tentativa de redirecionar esses valores para uma reformulação materialista e prática do destino humano, sem a intermediação de uma autoridade divina (Warner, 2008).

Neste sentido, o socialismo, que é uma autoconsciência positiva da humanidade, funciona como uma religião. A ideologia contém características religiosas no sentido em que exige o empenhamento num líder político ou numa ideologia ou num grupo de membros. A ideologia *Juche* também consolidou o seu carácter religioso ao longo do tempo. A partir dos princípios da independência e de uma linha revolucionária de massas no final da década de 1950 e início da década de 1960 (Helgesen, 1991).

A partir de 1967, quando foi efetuada uma campanha nacional de culto da personalidade de Kim Il Sung, o *juche* tornou-se um discurso político de um "sistema ideológico monolítico" para racionalizar um sistema teórico de liderança política dominante. Este facto deu origem ao "Kimilsungismo" e a uma atitude revolucionária em relação ao grande líder, que se acentuou a partir do início da década de 1970. A partir de meados da década de 1970, os valores e as normas coletivas socialistas nas relações sociais começaram a acentuar-se com o lançamento do "projeto de remodelação humana", que visava a camaradagem e a obrigação revolucionárias, o coletivismo e o heroísmo.

Depois de a dimensão filosófica da ideologia *Juche* ter sido teorizada em 1982, a filosofia *Juche* centrada no homem foi ainda mais realçada. Depois, em 1986, tornou-se uma teoria do organismo sociopolítico ligada à teoria do grande líder e a uma organização social coletiva. Desde o período pós-Guerra Fria, enfatiza o conceito de "nação" e o "nacionalismo Chosun", teorizando assim a supremacia do "nosso estilo de socialismo" como diferente de outros sistemas socialistas. A ideologia *Juche* evoluiu de uma simples ideologia para uma crença religiosa. A dimensão religiosa da ideologia *Juche* começou a tomar forma com o advento da teoria do grande líder e intensificou-se ainda mais com o avanço do seu estudo filosófico (Myers, 2014).

A ideologia *Juche* não pode ser separada de Kim Il Sung e/ou do próprio Kim Jong-il, que detém uma posição divina absoluta que impõe códigos de conduta mais rigorosos do que o cristianismo. Não analisa o homem em corpo físico e consciência, mas entende-o como uma entidade completa que conserva ambos simultaneamente. No entanto, a visão pós-materialista do homem só recentemente foi teorizada, pelo que esta visão não parece ser partilhada pela maioria dos norte-coreanos comuns, particularmente os da geração mais velha. Em terceiro lugar, o papel do *suryong*, o grande líder, é indispensável ao dogma da ideologia *Juche*, tal como o ser de Jesus é indispensável no cristianismo. Diz-se que há necessidade de um *suryong* na ideologia *juche*, argumenta-se que as massas populares comuns, incluindo a classe trabalhadora, só podem ter êxito na revolução e na construção quando servem o *suryong* e lutam sob a sua liderança comprovada (Kim P. , 2002).

Diz-se que a necessidade do *suryong* é a verdade revolucionária, que é a característica objetiva da luta revolucionária e da construção de uma classe trabalhadora e que é verificada pelo movimento comunista internacional centenário. A ideologia *Juche* pode ser entendida como a religião da *suryong*, no sentido de que a *suryong* ocupa a posição absoluta de Deus no

cristianismo. Em quarto lugar, as noções de salvação e vida eterna da crença cristã também podem ser encontradas na ideologia *Juche*. A Coreia do Norte preservou uma espécie de mito, segundo o qual o suryong Kim Il Sung libertou o seu povo do domínio colonial japonês. Através da luta militar anti japonesa, diz-se que ele libertou o povo da "nossa nação Chosun" da opressão colonial japonesa. A ideologia *Juche* garante às pessoas não só uma libertação passada, mas também uma salvação futura, ou seja, uma vida eterna. Divide a vida humana entre a física e a sociopolítica e mantém a eternidade da vida sociopolítica (Chung Y. , 2005).

A teoria de um organismo sociopolítico, ao sugerir que a sociedade é composta por uma rede interligada de indivíduos e instituições, sugere uma nova forma de compreensão da dinâmica social e política, onde a ideologia tem um papel central. Essa teoria vai além de uma mera concepção política, pois implica uma transformação profunda na forma como os indivíduos se relacionam com a sociedade e com o Estado. Ela modifica as questões políticas, antes limitadas a uma luta de classes e a uma estrutura materialista, em algo mais amplo e quase espiritual. Ao tratar da vida e da morte dos indivíduos de maneira holística, esta teoria atribui à política um caráter quase religioso, sendo que aborda os destinos humanos a um nível existencial. Em comparação com o marxismo-leninismo, que se focava no materialismo histórico e na luta de classes como forças fundamentais da história, a teoria do organismo sociopolítico expande a visão da política para incluir a moral, a fé e a procura de um sentido transcendente. Desta forma, ela defende que as questões políticas não se limitam às condições materiais, mas que se conectam com as crenças e as visões de mundo dos indivíduos, tornando-se não só uma ideologia, mas uma verdadeira religião que molda a vida e as práticas cotidianas de uma forma mais profunda e universal (Chung Y. , 2005).

2.4. Propaganda e Culto à Personalidade

O culto à personalidade desempenhou um papel central no desenvolvimento da ideologia *Juche*, sendo construído em torno dos líderes norte-coreanos. Nos últimos anos, tem-se desenvolvido um novo culto em torno de Kim Jong-un. No entanto, é crucial entender os papéis de Kim Il-sung, o "Grande Líder", e de seu filho Kim Jong-il, o "Querido Líder", pois foram eles os grandes responsáveis por fundar e consolidar esse culto. Além disso, eles moldaram não só o sistema político, mas também impulsionaram o desenvolvimento econômico e estabeleceram o sistema social que define a Coreia do Norte contemporânea. A liderança de

Kim Il-sung foi marcada pela criação de uma nação autossuficiente, enquanto Kim Jong-il consolidou essa herança, intensificando a centralização do poder e a veneração à liderança.

O culto que é feito na Coreia do Norte em torno dos líderes é sem dúvida diferenciado de outros cultos que anteriormente foram feitos, como foi o caso de cultos no mundo socialista, os cultos de personalidades de Lenine, Estaline e Mao. Embora o culto à família Kim tenha permanecido predominantemente um fenômeno interno, sem grande apoio externo, ele consolidou-se como o mais forte e duradouro de todos. Ao contrário dos outros, que tinham dimensões internacionais e eram alimentados por contextos ideológicos mais amplos, o culto norte-coreano é profundamente enraizado no isolamento do país, sustentado por um sistema de propaganda altamente eficaz e uma devoção quase religiosa aos líderes da dinastia Kim.

Argumenta-se que o culto da personalidade da dinastia Kim funciona como uma religião de Estado que regula a vida quotidiana dos norte-coreanos, contribuindo significativamente para a estabilidade do regime. Utilizando os quadros teóricos de Émile Durkheim e Clifford Geertz, a propaganda, as instituições sociais e os testemunhos de desertores são examinados para compreender a eficácia dos mitos e rituais do Estado (Gutierrez Portillo, 2023).

O estudo salienta que, embora o aparelho de segurança seja crucial para a obediência, a propaganda e a manipulação ideológica são fundamentais para mobilizar a população sem depender apenas da coerção. A narrativa oficial sobre Kim Il-sung, apresentado como um salvador heroico, foi construída com base em factos distorcidos e transmitida de geração em geração como uma verdade inquestionável. Este mito reforça a lealdade ao regime e é combinado com rituais e espetáculos de massas que reforçam a coesão social e a unidade nacional.

A nível interno, a ideologia *juche* serviu para associar Kim Il-sung e o nascente Estado norte-coreano a ideias que ressoavam junto do cidadão comum coreano. Combinava a linguagem marxista dos patronos comunistas do país com o nacionalismo coreano tradicional, argumentando que a Coreia do Sul não era um governo legítimo porque era um instrumento de potências imperialistas-capitalistas estrangeiras, como os Estados Unidos (Schmitz, 2022).

Um dos principais fatores que contribuíram para o culto à personalidade de Kim Il-sung foi a sua capacidade de garantir o controle absoluto sobre a República Popular Democrática da Coreia (RPDC). Kim Il-sung, desde jovem, teve uma exposição intensa ao sistema soviético, especialmente durante o seu período como combatente de guerrilha e, posteriormente, na fundação da RPDC. Essa influência moldou a sua abordagem de liderança, combinando

elementos de centralização e autoritarismo que observou no modelo soviético. Além disso, sua experiência militar e a luta pela independência deram-lhe uma posição de prestígio, facilitando a construção de um culto em torno da sua figura como "pai da nação".

Desenvolveu também uma doutrina de pureza racial coreana, baseada em crenças e linguagem historicamente coreanas utilizadas pelos imperialistas japoneses, para argumentar contra a abertura à economia global. Ainda hoje se ensina aos norte-coreanos que os primeiros seres humanos surgiram ali e que parte da razão pela qual são superiores aos outros países reside no facto de terem preservado a sua pureza enquanto os outros se tornaram mestiços (Bidewell, 2023).

Talvez o mais interessante seja o facto da ideologia *Juche* ter modificado uma doutrina tradicional confucionista - a de que os seres humanos podem transformar o mundo se possuírem a mentalidade certa - para explicar por que razão Kim Il-sung merecia o respeito do povo coreano. *Juche* defende que o único possuidor de uma consciência verdadeiramente correta é o "suryong" (líder) da Coreia do Norte. Kim Il-sung era tão singularmente dotado, tão singularmente realizado, que a única forma de melhorar a vida de alguém era alinhar a sua própria vontade com a do suryong (Abidin, 2020).

"Os seres humanos não precisam de Deus. Agora têm a família Kim", resume Don Baker, um académico de filosofia coreana da Universidade da Colúmbia Britânica. É por isso que os norte-coreanos visitam estátuas de Kim Il Sung quando se casam e que a propaganda estatal norte-coreana atribui um poder quase divino aos seus líderes (tanto Kim Jong Il como Kim Jong Un alteram o tempo na montanha quase sagrada do país, o Monte Paektu, simplesmente visitando-a) (Widjaja, Boiliu, Gultom, & Simanjuntak, 2021).

A ideologia *Juche* exige lealdade total ao líder. Mas convencer as pessoas de que também devem ser leais ao Estado exigiu algo ainda mais profundo do que um culto à personalidade em torno dos Kims: um conjunto de rituais e crenças que equivaliam a uma forma de religião. Os media estatais referem-se literalmente ao túmulo onde Kim Il Sung e Kim Jong Il estão enterrados como "o templo sagrado do *juche*" (Abidin, 2020).

Uma vez que a Coreia do Norte controla tão rigorosamente a informação que o seu povo recebe, a maioria não tem forma de saber que a sua religião de Estado não é exatamente apoiada pelos factos. Não existem meios de comunicação social independentes na Coreia do Norte, para além dos que as pessoas conseguem obter através do consumo secreto de meios de comunicação social estrangeiros. Com os cidadãos completamente às escuras em relação ao mundo,

dependendo quase exclusivamente dos meios de comunicação estatais para obter informações, é muito fácil convencer as pessoas de que a família Kim pode realizar atos quase divinos.

A falta de definição da ideologia *juche* como filosofia política - a autossuficiência pode significar praticamente qualquer coisa - combinada com o controle dos meios de comunicação social e a elevação do *suryong* a um estatuto quase divino, dá aos Kim uma flexibilidade política incrível. As políticas necessárias para alcançar a "autossuficiência" dependem inteiramente da vontade do membro da família Kim no poder (Bidewell, 2023).

Kim Il-sung, como fundador do Estado norte-coreano e principal arquétipo da ideologia *Juche*, utilizou a ideologia para legitimar sua liderança e consolidar o culto à personalidade. Durante o seu governo, que se estendeu de 1948 até sua morte em 1994, o conceito de autossuficiência era interpretado principalmente em termos de independência econômica e política. *Juche* tornou-se um instrumento de resistência contra a influência externa, especialmente em relação à União Soviética e aos Estados Unidos. A construção de uma economia socialista centralizada e o fortalecimento das forças armadas foram centrais nesse período. Kim Il-sung enfatizou que a autossuficiência deveria ser alcançada através do esforço coletivo do povo, reforçando assim a dependência da população em relação ao regime (Armstrong C. , 2015).

Com a ascensão de Kim Jong-il em 1994, a ideologia *Juche* passou por uma nova transformação. O novo líder enfrentou sérios desafios, como a crise alimentar e a deterioração econômica dos anos 1990. Em resposta, Kim Jong-il introduziu o conceito de "Songun" ou "militar primeiro", que priorizou o desenvolvimento militar em detrimento de outras áreas. Essa abordagem foi uma maneira de legitimar investimentos em defesa e, ao mesmo tempo, promover a ideia de que a segurança do regime era essencial para a sobrevivência da nação. A flexibilidade da ideologia *Juche* sob Kim Jong-il permitiu-lhe manter o controle, mesmo em tempos de crise, enfatizando a necessidade de proteger o país contra ameaças externas, enquanto reforçava o culto à personalidade.

A transferência de poder para o seu filho, Kim Jong-il, foi essencial para a perpetuação do culto à personalidade em torno de Kim Il-sung. Esse processo não só assegurou a continuidade do regime, como também possibilitou a criação de um culto semelhante em torno de Kim Jong-il, reforçando a legitimidade da sucessão dinástica. Agora, com Kim Jong-un no poder, os cultos em torno de Kim Il-sung e Kim Jong-il permanecem fortemente enraizados, sendo continuamente promovidos como pilares do sistema político e ideológico da Coreia do Norte. Esse triplo culto garante a estabilidade do regime, apresentando a liderança da família Kim

como intocável e divina, o que consolida o controle absoluto sobre o país (Byman & Lind, 2010).

Por outro lado, a era de Kim Jong-un, que começou em 2011, trouxe novas nuances à ideologia *Juche*. Desde a sua ascensão, Kim Jong-un procurou uma combinação de modernização econômica e manutenção da autossuficiência militar. Ele introduziu políticas que visam desenvolver a economia, como a implementação de reformas limitadas e a promoção da indústria. Ao mesmo tempo, Kim Jong-un continua a apoiar-se no culto à personalidade e na narrativa de *Juche* para legitimar o seu governo. A sua capacidade de reinterpretar a ideologia reflete uma adaptação às pressões internas e externas, especialmente diante de sanções internacionais e desafios econômicos (Bang, 2020).

2.5. Educação e Manifestações Culturais

Na Coreia do Norte, a educação tem um papel fundamental na formação ideológica e na construção da lealdade inquestionável ao regime. Desde a década de 1970, sob a liderança de Kim Il-Sung, o sistema educativo foi construído para moldar as gerações futuras como revolucionários fiéis ao comunismo, mas, sobretudo, com uma devoção incondicional aos líderes da dinastia Kim. Esse modelo de educação não se limita ao ensino de habilidades acadêmicas tradicionais, mas procura sobretudo incutir um espírito de devoção ideológica, desenvolvendo cidadãos que vêm a lealdade ao regime como a principal virtude.

A devoção à família Kim começa desde muito cedo, com as crianças no jardim de infância sendo introduzidas às conquistas de Kim Il-Sung e Kim Jong-Il, e aos "ensinamentos" da ideologia *Juche*, que enfatiza a autossuficiência do país sob a liderança suprema da família Kim. A educação não é apenas um processo acadêmico, mas uma contínua formação moral e espiritual que procura fortalecer a adoração aos líderes e a crença na sua missão divina. Os professores desempenham um papel fundamental nesse processo, não como simples educadores, mas como conservadores da ideologia, orientando os alunos sobre os feitos heroicos e sacrifícios dos líderes que supostamente garantiram a grandeza da nação (Abidin, 2020).

O foco do culto à personalidade de Kim Il-sung e Kim Jong-il torna-se mais intenso à medida que os jovens estudantes vão avançando nas etapas de educação primária e secundária. Nas escolas é dada uma vasta importância à história da dinastia Kim, tendo ênfase particular na

“grandeza das três gerações de líderes da montanha de Baekdu”, um termo que simboliza a linhagem dos Kim e a sua ligação mitológica na luta contra o imperialismo japonês e a fundação do regime. O objetivo é criar uma continuidade da autoridade que transcenda gerações, transformando a figura de Kim Il-Sung em uma quase divindade, e a de Kim Jong-Il e, posteriormente, Kim Jong-Un, como continuadores desse legado sagrado (Armstrong C. , 2003).

Por outro lado, o sistema educacional na Coreia do Norte é usado para reforçar a ideologia do Partido dos Trabalhadores da Coreia (PTC) e a centralidade do culto à liderança. A educação não é vista apenas como uma forma de propagação de conhecimento, mas como um instrumento fundamental de controlo social e político, assegurando que todos, desde a infância até à idade adulta, vivam sob a constante lembrança da superioridade dos líderes. Esse procedimento é um elemento-chave na manutenção do regime totalitário da Coreia do Norte, garantindo a coesão interna e a subordinação absoluta à autoridade do Partido (Lankov, 2013).

Com a subida de Kim Jong-un ao poder, um conjunto de mudanças significativas foram estabelecidas no sistema educacional na Coreia do Norte, que reproduziam a sua visão política e ideológica. A reinterpretação da história e a integração do culto à personalidade do líder no sistema de ensino tornaram-se prioridades, com uma atenção especial na figura do líder e nas suas “conquistas revolucionárias”. Com isto, as universidades ajustaram os seus programas de ensino, adicionando disciplinas como a “Filosofia da Ideologia *Juche*” e “Economia Política *Juche*”, que ensinam os princípios do sistema ideológico coreano, com destaque na autossuficiência e no nacionalismo. Estas disciplinas são obrigatórias para todos os estudantes universitários, independentemente do curso ou área de estudo, como forma de assegurar que a ideologia do regime se mantém na formação académica (Lankov, 2013).

Além das aulas formais, o regime promove várias organizações políticas e sociais para assegurar o alinhamento ideológico dos jovens. Por exemplo, a Aliança da Juventude Socialista, desempenha um papel fundamental na propagação da ideologia *Juche* entre os mais jovens, sendo um sistema através do qual os jovens são motivados a comprometer-se com os valores do regime, participar em atividades de fidelidade ao PTC e em projetos de desenvolvimento que confirmem a sua lealdade. Este ambiente educacional procura criar uma geração que não apenas compreenda, mas também adquira a visão de Kim Jong-un e continue a preservá-la nas gerações seguintes (Lankov, 2013).

De forma a garantir que a adoração ao líder e ao regime continuasse presente em todas as etapas da vida escolar e social, Kim Il-sung estabeleceu um sistema educacional profundamente influenciado pela sua ideologia. A educação não se limitava ao ensino de matérias académicas convencionais, mas tinham um forte elemento político e ideológico, refletindo a sua visão de uma sociedade totalmente submissa e leal ao PTC. Todos os dias, antes do início das aulas, os estudantes tinham de participar numa sessão obrigatória de “autoestudo”, onde liam textos e materiais dedicados à adoração ao líder, desenvolvendo um ambiente de veneração constante a Kim Il-sung. Este ritual diário tinha como objetivo reforçar a ideologia *Juche*.

Aos sábados, os estudantes eram chamados para sessões de “política e formação partidária”, eventos em que se debatiam as diretrizes políticas do regime e refletia-se sobre o papel dos dirigentes dentro do Partido. Estas sessões eram uma forma de reforçar o compromisso ideológico com os líderes e com o Partido, enfatizando a centralidade política nas suas vidas. Por outro lado, de forma a garantir que as mensagens do regime chegassem de uma forma consistente a cada sala de aula, os professores participavam em reuniões semanais com os ideólogos locais. Os esforços entre estes dois lados asseguravam que a educação ideológica não fosse apenas constante, como também central no desenvolvimento dos jovens de forma a moldar a sua fidelidade política e social ao regime de Kim Il-sung (Kim S. , 2010).

A “educação socialista”, organizada pelo Partido da Educação declara que a base desta ideologia é a doutrina *Juche*, que defende a autossuficiência nacional e exige obediência absoluta à autoridade dos líderes do país, desta forma, o currículo da ideologia política está profundamente consolidado em todo o sistema educativo norte-coreano, sendo um elemento central na formação das novas gerações. A ideologia, de carácter totalitário, é utilizada para justificar a sucessão dinástica da família Kim, com a argumentação de que apenas a “linha Baekdu”, uma referência à linhagem de Kim Il-sung pode garantir a preservação do seu legado e a continuidade da revolução. Segundo essa visão, a liderança Kim não é apenas política, mas uma responsabilidade histórica, espiritual e quase divina que deve ser protegida (Paik, 2020).

A propaganda de veneração aos líderes influencia todas as disciplinas e atividades extracurriculares, de forma a tornar-se uma presença constante na vida dos estudantes. Nos manuais e aulas de História, as ações revolucionárias de Kim Il-sung, Kim Jong-il e Kim Jong-un são fortemente engrandecidas, apresentados como figuras quase mitológicas que levaram a nação à grandeza. Este culto à personalidade é aplicado de forma tão rígida, exigindo que os alunos não conheçam apenas os feitos dos líderes, mas que também os venerem como exemplos

a seguir. Qualquer que seja a falha em corretamente memorizar os conteúdos ideológicos é severamente punido, demonstrando a importância que o regime atribui à educação política desde os primeiros anos de escolaridade. A intenção é influenciar o pensamento dos estudantes de uma forma tão profunda, que as ideias do Partido e os valores do Regime sejam assimilados de forma automática (Park H. , 1996).

Fora da sala de aula, esta cultura de veneração aos líderes continua a ser consolidada de diversas formas. De forma a celebrar os líderes da dinastia Kim, existem atividades extracurriculares, como encontros de grupos de jovens e manifestações políticas. Em todos os momentos da vida social e política, desde espaços públicos até a reuniões familiares, os cidadãos são lembrados da sua lealdade incondicional aos líderes, através de imagens, cânticos e rituais diários que afirmam o culto à personalidade. Desta forma, a veneração que existe aos líderes, estrutura a própria identidade social e cultural do país, reforçando a supremacia do regime e a sua visão totalitária (Noa, 2020).

De forma a reafirmar e perpetuar a grandeza dos líderes e o culto à personalidade, os alunos norte-coreanos são levados em visitas de estudo, a locais históricos diretamente relacionados com a família Kim. Esses locais, mais de sessenta sítios em todo o país, incluem monumentos, palácios e edifícios que simbolizam as conquistas e ações do regime e a sua ligação quase divina à nação. Adicionalmente, milhares de estátuas que retratam os líderes da dinastia Kim estão espalhados por todo o território, sendo considerados símbolos de respeito e veneração. Durante estas visitas, os estudantes são incentivados a realizar rituais que reforçam a sua lealdade, como a limpeza dos retratos dos líderes, este ato é carregado de simbolismo e visa demonstrar não só a sua devoção como também a sua responsabilidade pessoal em manter a pureza da adoração ao regime.

Contudo, a distorção histórica representa um lugar central no sistema educativo norte-coreano, sendo utilizada como uma ferramenta essencial na formação ideológica. A história, ensinada nas escolas, é manipulada para servir os interesses do regime e para glorificar a família Kim. De modo a poder espalhar a ideia de que os Kim são os salvadores da Pátria e os únicos capazes de preservar a sua soberania e identidade, existe uma reinterpretação dos eventos históricos. Um exemplo desta distorção dos acontecimentos é a Guerra da Coreia que é ensinada de uma forma que enaltece a coragem do regime e dos seus líderes, distorcendo os factos históricos, onde apresenta a Coreia do Norte como uma vítima de agressão imperialista dos Estados Unidos e do capitalismo Ocidental. Esta versão da história tem como objetivo reforçar o

sentimento antiamericano e anticapitalista, demonstrando ódio às potências estrangeiras e alimentando o espírito de resistência à “dominação imperialista”. A manipulação histórica, não é apenas uma questão de reescrever os factos, mas de construir uma narrativa que justifique a continuidade do regime e a necessidade da ideologia *Juche* (Park & Snyder, 2012).

Para além da distorção histórica, o regime utiliza métodos violentos e odiosos, como execuções públicas, manifestações em massa e jogos infantis que promovem a violência contra os inimigos do Estado. Estas práticas reforçam a unidade interna, promovem a vigilância mútua e impedem a insurreição política, incutindo o medo e o ódio desde tenra idade (Alvarez, 2020). Por último, a propaganda violenta infiltra-se na vida quotidiana através de desenhos animados e outros meios de comunicação social, ensinando as crianças a odiar as potências estrangeiras e a venerar a família Kim. Este ambiente educativo, centrado na idolatria e na manipulação ideológica, tem por objetivo manter a estabilidade do regime e assegurar a continuidade do seu domínio a longo prazo.

2.6. Sistema económico *Juche*

Ao abordar as características da economia e sociedade da Coreia do Norte, especialmente sob o sistema económico *Juche*, é fundamental contextualizar o que essa ideologia implica e como se reflete nas políticas económicas do país.

O sistema económico *Juche* é uma abordagem que combina princípios do socialismo com uma ênfase marcante na autossuficiência e na independência nacional. Desenvolvido inicialmente por Kim Il-sung, o sistema visa construir uma economia que atenda às necessidades do povo norte-coreano sem depender de assistência externa, refletindo uma resposta aos desafios históricos enfrentados pela Coreia, incluindo a ocupação colonial japonesa e a divisão da península coreana.

A primeira fase do desenvolvimento económico da Coreia do Norte, após a divisão do antigo reino unificado, foi dominada pela industrialização. Tratou-se de uma tarefa difícil, tendo em conta os danos causados às infraestruturas do país durante a Guerra da Coreia. A Coreia do Norte adotou o modelo soviético de governo e a economia socialista de planeamento central, bem como a ideologia do *Juche* (autossuficiência). Este modelo privilegiava o desenvolvimento da indústria pesada e o investimento nos sectores do ferro, do aço, do cimento e das máquinas-ferramentas (Park H. , 2002).

Muitos peritos consideram que estas políticas governamentais norte-coreanas, que tiveram início após a Guerra da Coreia, têm constituído um obstáculo ao desenvolvimento económico do país. As deficiências destas políticas foram acentuadas pela ênfase do regime no *songun* (um estilo de política que dá prioridade às forças armadas), o que agravou os problemas económicos crónicos da Coreia do Norte. Nas décadas que se seguiram à Guerra da Coreia, verificou-se uma estagnação constante da produção industrial e energética da região.

Existem diversos indícios de que a República Popular Democrática da Coreia (RPDC) possa estar a explorar a possibilidade de embarcar num caminho de reforma económica que, em muitos aspetos, recorda o percurso iniciado pela China sob a liderança de Deng Xiaoping nos anos 1980. Naquela época, Deng introduziu a estratégia conhecida como "um centro e duas bases", onde o "centro" consistia na construção económica como prioridade nacional, enquanto as "duas bases" representavam a adesão aos princípios socialistas e o aprofundamento de reformas orientadas para a modernização e abertura económica. Embora as circunstâncias e desafios enfrentados pela RPDC sejam distintos dos da China naquela época, a ênfase em possíveis reformas sugere um reconhecimento crescente da necessidade de revitalizar a sua economia, mantendo, simultaneamente, a sua identidade socialista e a estabilidade política. Se esse caminho se concretizar, poderá marcar uma mudança significativa na abordagem do país, influenciando não apenas a sua economia, mas também o equilíbrio político e estratégico na região (Sung, 2017).

Pyongyang rejeita categoricamente o modelo de reforma adotado pela União Soviética, argumentando que este contribuiu diretamente para o colapso do país e para a queda do poder do Partido Comunista da União Soviética (PCUS). Esta postura reflete o receio profundo de que mudanças estruturais semelhantes possam desestabilizar o regime norte-coreano. No entanto, apesar de criticar frequentemente a mercantilização e as tendências capitalistas que emergiram na China após as reformas de Deng Xiaoping, Pyongyang não pode ignorar os resultados concretos alcançados pelo seu vizinho. Reconhece-se que a China obteve um crescimento económico impressionante enquanto o Partido Comunista Chinês manteve um controlo firme sobre o poder político. Este paradoxo evidencia o dilema estratégico da RPDC: como adotar medidas que revitalizem a sua economia sem comprometer a sua estrutura de poder político centralizado? (Lankov, 2013).

Após o fim da Guerra da Coreia, o país enfrentou uma tarefa monumental: reconstruir sua infraestrutura devastada e criar uma economia capaz de sustentar a ideologia *Juche*, que

preconiza a autossuficiência. Durante este período, destacou-se o movimento Chollima, que se tornou emblemático na história económica do país. Inspirado por modelos de mobilização em massa como o Grande Salto em Frente da China, o movimento Chollima foi lançado para impulsionar a produtividade industrial e agrícola. Este movimento simbolizou a determinação da Coreia do Norte em alcançar progresso rápido e sustentável, mesmo com recursos limitados e sob sanções externas.

Além da reconstrução física, a Coreia do Norte beneficiou-se amplamente do apoio técnico e financeiro da União Soviética e da China, que forneceram equipamentos, know-how industrial e crédito. No entanto, ao longo das décadas, a economia norte-coreana sofreu reveses devido à sua dependência de parceiros externos e à priorização do setor militar sobre outros setores produtivos (Frances, 2019).

Hoje, a economia do país reflete um paradoxo: enquanto mantém elementos do modelo socialista centralizado, também procura formas limitadas de abertura, como as zonas económicas especiais, numa tentativa de atrair investimentos estrangeiros e contornar sanções internacionais. No entanto, a influência histórica dos primeiros parceiros socialistas é indelével, moldando as bases do que é, até hoje, um dos sistemas económicos mais singulares do mundo (Park & Snyder, 2012).

A Coreia do Norte adotou a autossuficiência como base da sua economia de comando, subordinando toda a produção às prioridades do Estado, numa interpretação própria do socialismo que contrastava com o modelo marxista clássico, mais aberto à cooperação internacional. Após a devastação da Guerra da Coreia, o país lançou o movimento Chollima para reconstruir rapidamente sua infraestrutura e impulsionar o progresso. Apesar de inspirar-se na URSS e na China, a Coreia do Norte recusou integrar-se no Comecon, temendo ser reduzida a fornecedor de matérias-primas, optando por desenvolver de forma independente a sua base industrial e agrícola. Este modelo assegurou autonomia, mas limitou o crescimento económico a longo prazo (Armstrong C. , 2015).

O modelo económico adotado pela Coreia do Norte resultou de uma conjugação da teoria marxista-leninista com inspiração bolchevique e da desconfiança generalizada na economia de mercado por parte de muitos esquerdistas, especialmente após os efeitos devastadores da Grande Depressão de 1929. Para os comunistas em Pyongyang, a rápida industrialização e a recuperação económica da União Soviética após a guerra pareciam exemplos a seguir, inspirando a adoção de políticas semelhantes.

Além disso, a disputa sino-soviética ofereceu à Coreia do Norte a oportunidade de explorar as tensões entre os dois gigantes socialistas. Pyongyang manipulou habilmente os interesses dos dois lados, conseguindo que os chineses se opusessem aos russos em questões como os preços de bens e serviços. Apesar dessas manobras, Pyongyang manteve-se mais próxima da URSS em termos económicos, vendo Moscovo como uma fonte de subsídios e um aliado militar crucial, especialmente durante o período do Grande Salto para a Frente, em que a China enfrentava graves dificuldades económicas (Scobell, 2004).

Em resposta, a China reduziu ao mínimo os seus contatos económicos com a RPDC nas décadas de 1950, 1960 e grande parte de 1970. Paralelamente, permitiu que a Guarda Vermelha criticasse abertamente o regime de Kim Il-sung durante a Revolução Cultural. No entanto, o modelo soviético, com o seu foco em industrialização rápida e economia centralizada, continuou a ser implementado de forma consistente, não só na Coreia do Norte, mas também em todo o Bloco de Leste e entre os países socialistas aliados, sem grandes adaptações às diferenças culturais, históricas ou de desenvolvimento local (Lankov, 2013).

No início, os esforços norte-coreanos pareciam promissores. A reconstrução económica após a Guerra da Coreia contou com vantagens herdadas da divisão da península: mais de 70% das minas, 90% da capacidade de produção de eletricidade e 80% das fábricas remanescentes ficaram sob controlo da Coreia do Norte. A combinação de uma base industrial sólida e campanhas vigorosas para melhorar a saúde pública e a alfabetização criou uma sociedade aparentemente próspera (Smith, 2015).

Até meados da década de 1970, a Coreia do Norte superava a Coreia do Sul em PIB per capita e era vista como uma das economias mais avançadas do mundo em desenvolvimento, sendo, segundo algumas estimativas, o vigésimo país mais rico do mundo. Enquanto isso, a economia sul-coreana enfrentava dificuldades severas, frequentemente descrita como um "caso perdido".

Este período de ascensão económica norte-coreana refletiu o sucesso inicial de um modelo centralizado e altamente controlado, que combinava o apoio da URSS com os recursos herdados da guerra. Contudo, os desafios subsequentes, como a estagnação tecnológica, o isolamento internacional e a falta de flexibilidade económica, comprometeriam a sustentabilidade desse progresso inicial (Lee J. , 2020).

O início da economia planificada da Coreia do Norte registou avanços impressionantes, refletidos nos seus primeiros planos económicos. O Plano de Um Ano (1947-1948) relatou um crescimento industrial de 54%, seguido por um aumento de 38% no Plano de 1948-1949. Em

1950, a produção industrial já era 3,4 vezes superior à de 1946, ilustrando a rápida reconstrução económica do país. No final da década de 1950, o rendimento anual per capita na RPDC era o dobro do da RDC, enquanto o Sul enfrentava agitação social, protestos estudantis e um golpe militar iminente. Em 1961, o PIB per capita da Coreia do Sul era de apenas 100 dólares americanos, contrastando com o progresso inicial do Norte (Cumings B. , 2005).

O crescimento da Coreia do Norte foi em grande parte atribuído ao espírito Chollima, introduzido durante o Plano de Cinco Anos (1957-1961). Este movimento foi caracterizado por um esforço de mobilização em massa e pela concentração nas indústrias pesadas e na construção. Chollima tornou-se o símbolo do avanço industrial norte-coreano, operando dentro do modelo de economia de comando comunista. Esta abordagem inicial baseou-se no apoio ideológico e na utilização de técnicas industriais básicas, transformando o trabalho humano em um recurso central para o progresso.

No final da década de 1950, o movimento Chollima dominava a organização económica e a gestão de recursos humanos no país. Iniciativas curiosas, como a campanha de "não beber sopa", incentivavam os trabalhadores a permanecer nas fábricas para maximizar a produção, minimizando interrupções no trabalho. A partir de 1958, o modelo inspirou o surgimento de um sistema de recompensas ao estilo stakhanovista, onde trabalhadores excepcionais eram reconhecidos como "Cavaleiros de Chollima", recebendo medalhas e elogios públicos. A imprensa norte-coreana enchia-se de relatos sobre feitos extraordinários de construção e produtividade, muitas vezes ligados ao papel direto de Kim Il-sung, cuja "orientação intensiva" refletia uma abordagem de microgestão. Kim Il-sung era representado como uma figura central na economia, tomando decisões estratégicas e operacionais para moldar o rumo do país (Suh D. , 1988).

Este período inicial consolidou a ideologia do trabalho coletivo e do progresso acelerado na Coreia do Norte. Apesar do aparente sucesso económico, a abordagem centralizada e o foco em esforços sobre-humanos revelaram os limites de sustentabilidade deste modelo, com os primeiros sinais de estagnação a surgir nos anos seguintes. No entanto, o legado de Chollima permanece como um pilar fundamental na narrativa histórica do regime.

A economia norte-coreana entrou numa das suas piores fases de estagnação - e quase entrou em colapso - na década de 1990. A desintegração da União Soviética, seguida de uma crise alimentar resultante de uma série de catástrofes naturais - tempestades de granizo em 1994, inundações entre 1995 e 1996 e secas em 1997 - empurrou a Coreia do Norte para uma crise

económica (Agov, 2015). Entre 1990 e 1998, o país registou uma taxa média de crescimento anual de -4,1%. O país tornou-se beneficiário de ajuda alimentar e humanitária internacional em meados da década de 1990, que continuou até ao encerramento das suas fronteiras para evitar a propagação da COVID-19 em 2020 (Datosmacro, 2024).

A RPDC tem consistentemente resistido à liberalização económica, optando por suprimir mercados emergentes e restringir a monetização da economia. Em vez disso, mantém a preferência por um sistema de racionamento centralizado, conhecido como Sistema Público de Distribuição (SPD). Este sistema é utilizado para gerir a alocação de bens essenciais à população, reforçando o controlo estatal sobre a economia e minimizando a influência de mecanismos de mercado. Além disso, o Estado mantém um controlo rígido sobre a produção industrial e agrícola, priorizando uma economia planificada que assegure o alinhamento com os objetivos políticos do regime. Esta abordagem reflete a prioridade ideológica dada à autossuficiência e à centralização, mas também apresenta desafios significativos, como a incapacidade de atender de forma eficiente às necessidades da população e de impulsionar um crescimento económico sustentável (Frances, 2019).

Na RPDC, o poder e o controlo sobre a distribuição de recursos assumem uma importância maior do que o próprio dinheiro, refletindo a centralidade do partido-Estado em todos os aspetos da vida económica. A moeda nacional permanece essencialmente sem conversibilidade internacional, limitando as interações financeiras externas e reforçando a autossuficiência económica como um princípio ideológico. O partido-Estado supervisiona de forma rígida todas as dimensões da produção, distribuição e consumo, assegurando que estas estejam subordinadas às prioridades políticas e estratégicas do regime. Este modelo económico centralizado, embora eficaz na manutenção do controlo político, restringe severamente a iniciativa privada e a inovação, contribuindo para a estagnação económica e para uma dependência acentuada do sistema de racionamento para satisfazer as necessidades básicas da população (Lee G. , 2004).

Início dos anos 2000

Na década de 2000, a Coreia do Norte alargou as suas táticas de recuperação económica. Em 2002, atenuou algumas restrições para permitir mercados semiprivados e lançou uma série de reformas económicas a que chamou Medidas de Melhoria da Gestão Económica. Algumas dessas medidas incluíam:

- Um aumento dos preços e dos salários

- Uma alteração do mecanismo de fixação dos preços
- Alterações no sistema de distribuição
- Descentralização do planeamento nacional
- Um aumento da autonomia do governo das sociedades
- A abertura do mercado à distribuição dos métodos de produção
- Distribuição diferenciada
- Reforma do sistema de segurança social

O crescimento económico acelerou durante alguns anos, um período considerado uma melhoria em relação à década anterior. O PIB da Coreia do Norte registou um crescimento de 3% em 2023, de acordo com as estimativas do Banco da Coreia. No entanto, este crescimento recorde ocorreu após três anos consecutivos de declínio económico (Datosmacro, 2024).

A agenda de reformas económicas de Kim Jong Un introduziu novas ideias e iniciativas num vasto leque de questões (governança empresarial, agricultura, banca e zonas económicas especiais, para citar algumas). O braço de ferro sobre até onde podiam ou deviam ir as novas políticas era, portanto, quase inevitável.

O apelo à expansão do comércio externo colocava testes especiais porque potencialmente punha em causa diretamente o conceito fundamental de *Juche* do regime. Como poderia um país supostamente dedicado a um conceito extremo de independência e autossuficiência justificar a expansão do comércio com o mundo exterior, particularmente com os países capitalistas?

Apesar das críticas que o vêem como um obstáculo à transição para um socialismo reformado ao estilo chinês ou vietnamita, *Juche* é suficientemente adaptável para coexistir com diferentes abordagens de inserção no sistema internacional. O verdadeiro desafio da reforma norte-coreana não reside tanto na ideologia em si, mas nas condições históricas e geopolíticas que definem a sobrevivência do regime.

2.7. Impacto na Organização Social e Desafios

Para se poder entender o impacto da ideologia *Juche* na organização social da Coreia do Norte e os desafios que lhe estão associados, é imprescindível analisar a forma como esta ideologia

moldou a estrutura política, económica e social do país desde a sua adoção como ideologia oficial. *Juche* que enfatiza a autossuficiência, a independência e a centralidade do ser humano como motor da transformação social, tornou-se o centro do sistema político e da estrutura de poder norte-coreana. A ideologia *Juche* foi desenvolvida para reforçar a soberania do país, criando uma ideologia de forma a justificar o regime autoritário e a centralização do poder na dinastia Kim. Com ênfase na autossuficiência, o regime procurou criar uma nação independente, capaz de sobreviver sem depender de potências externas, mas de certa forma, isto conduziu a um isolamento económico e político que acabou por enfraquecer as suas capacidades de desenvolvimento e inovação. De acordo com a ideologia *Juche*, o papel do líder supremo é o guia essencial para a nação e a sua prosperidade, transformando o culto da personalidade num elemento fundamental da estrutura de poder. Este culto não se limita apenas à figura do líder, mas estende-se a todo o PTC, que acaba por exercer um controlo absoluto sobre a política, economia e até mesmo da vida dos cidadãos.

Através da ideologia *Juche*, o governo justifica a sua autoridade, criando uma estrutura altamente hierarquizada, onde a lealdade ao regime e a figura do líder é a base para o acesso a recursos e privilégios. Esta hierarquia é refletida na divisão social que sustenta o Songbun, um sistema de castas que determina as oportunidades individuais com base na fidelidade ideológica e no histórico familiar, desenvolvendo uma sociedade desigual e estratificada. Desta forma, a ideologia *Juche* não apenas estruturou a política e a economia da Coreia do Norte, como também criou um sistema social rigidamente controlado, sendo este um dos maiores desafios para a evolução do país (Widjaja, Boiliu, Gultom, & Simanjuntak, 2021).

O impacto na organização da Coreia do Norte é visível, principalmente na criação e estabilização de um sistema de castas denominado de Songbun, como mencionado no parágrafo acima, que determina os cidadãos com base na sua lealdade ao regime e na pureza ideológica. O Songbun determina de forma rigorosa, o acesso a recursos essenciais como educação, emprego e cuidados de saúde, bem como a possibilidade de ascensão social. Este sistema de estratificação social resultou numa sociedade altamente desigual, onde uma elite política e militar usufrui de privilégios consideráveis, como o acesso a melhores condições de vida, enquanto a maior parte da população é sujeita a uma existência marcada pela escassez e pela pobreza. Esta divisão social traz consequências profundas, uma vez que desenvolveu a marginalização de grandes segmentos da sociedade, impedindo o seu desenvolvimento e bem-estar. Para além disso, a ideologia *Juche*, com o seu foco na autossuficiência, contribui em grande parte para o isolamento económico e internacional do país. Este isolamento gerou um

impacto negativo, não apenas na economia, que se viu limitada pela escassez de recursos externos e pela imposição de sanções, mas também na qualidade de vida da população. A falta de contacto com o resto do mundo dificultou a inovação tecnológica, a modernização das infraestruturas e a melhoria das condições de saúde e educação, condenando o povo norte-coreano a viver uma realidade de privações e repressão (Armstrong C. , 2015).

Apesar das intenções ideológicas do sistema *Juche*, que visam garantir a autossuficiência e a independência económica da Coreia do Norte, a realidade tem revelado vários desafios significativos para a sua viabilidade económica. Levou o regime a rejeitar, desde início, a integração plena na economia global, o que limitou bastante as oportunidades de desenvolvimento através do comércio internacional e da troca de tecnologia. A estagnação económica persistente, que impactou diretamente as condições de vida da população foi provocado por este isolamento económico, aliado às sanções internacionais que afetam o país há décadas. A gestão da económica centralizada e ineficaz agrava ainda mais a situação, uma vez que a falta de transparência e a ausência de mecanismos de mercado impedem a adaptação rápida a novas realidades económicas e a criação de oportunidades de crescimento. A economia norte-coreana, em grande parte dependente do controlo do Estado, não favorece a inovação e a adaptação ao progresso global, resultando numa diversidade produtiva e numa infraestrutura antiquada. A escassez de bens essenciais e a incapacidade de desenvolver uma base económica sólida tem desenvolvido crises alimentares recorrentes, levando a um número elevado de norte-coreanos a viver em condições de extrema pobreza, dependentes da ajuda do Estado e de racionamento. O regime também não permite que iniciativas privadas sejam criadas, o que limita ainda mais o desenvolvimento económico e impede a criação de empregos sustentáveis ou de um mercado interno dinâmico, levando à centralização extrema da economia, associada ao isolamento e à falta de flexibilidade, contribuindo para a perpetuação de uma sociedade empobrecida e sem perspetivas de prosperidade a longo prazo (Haggard & Noland, 2007).

Um dos maiores desafios que o regime norte-coreano enfrenta atualmente é a questão da sua legitimidade. A crescente dissonância entre a retórica oficial e a realidade vivida pela população tem comprometido gradualmente a credibilidade do regime, embora a ideologia *Juche* tenha sido utilizada como um pilar para justificar a liderança hereditária da dinastia Kim. *Juche*, inicialmente uma poderosa ferramenta de controlo e coesão social, baseava-se, como já visto anteriormente, na promessa da autossuficiência e prosperidade para o povo norte-coreano, tornando-se num símbolo da luta pela independência e dignidade nacional. Contudo, à medida

que os anos passam e as condições de vida da população pioram, especialmente em termos de necessidades económicas básicas, a ideologia começou a perder a sua eficácia. A retórica oficial, que ainda insiste nas conquistas da autossuficiência e na superioridade do sistema socialista, entra em contraste direto com as dificuldades diárias da população, que enfrenta crises alimentares, escassez de recursos e condições de vida precárias. O isolamento económico e político, desenvolvido pelo regime como uma forma de proteção da soberania, acabou a tornar-se numa prisão que limitou as perspetivas de desenvolvimento e bem-estar. O regime tem, portanto, que lidar com a crescente frustração e desilusão da população, cujas expectativas não podem ser satisfeitas apenas por propaganda ou promessas vazias. A ideologia *Juche*, que em tempos, foi a fundação sob a qual a autoridade da dinastia Kim foi contruída, agora luta para manter a sua relevância num mundo em que as necessidades concretas da população, como emprego, alimentos e serviços de saúde adequados, são mais urgentes do que nunca. Desta forma, o regime vê-se obrigado a enfrentar a realidade de que a sua legitimidade não pode ser sustentada apenas pela manipulação ideológica, mas depende de uma capacidade cada vez mais difícil de manter as promessas de prosperidade e segurança que um dia fizeram parte da sua narrativa (Widjaja, Boiliu, Gultom, & Simanjuntak, 2021).

Capítulo III – Política Externa da Coreia do Norte

3.1. Relações bilaterais e multilaterais

As relações externas da Coreia do Norte são complexas e fortemente influenciadas pelo seu sistema político único, pelos conflitos históricos e pelos interesses estratégicos. Desde a sua criação em 1948, a Coreia do Norte conseguiu estabelecer relações diplomáticas com 160 países, apesar da sua reputação de Estado muito isolado. As relações externas do país são em grande parte determinadas pelo seu atual conflito com a Coreia do Sul, pelos seus laços históricos com a União Soviética e pelas suas alianças estratégicas com a China e a Rússia. Tanto a Coreia do Norte como a Coreia do Sul afirmam ser o único governo legítimo de toda a península coreana, uma disputa que tem mantido a região num estado de tensão desde o fim da Guerra da Coreia em 1953 (Carlin & Lewis, 2008).

Durante a década de 1990, a cena mundial passou por uma importante fase de transição após o fim da Guerra Fria, com mudanças nas alianças políticas, económicas e militares. A dissolução da União Soviética em 1991 pôs fim à bipolaridade que dominou o sistema internacional durante décadas, deixando os Estados Unidos como a única superpotência mundial. Este novo contexto colocou desafios à definição de uma nova ordem mundial, caracterizada por uma maior ênfase em questões como a globalização, o terrorismo internacional e a proliferação de armas de destruição maciça.

Neste período, as potências mundiais - especialmente os Estados Unidos, a Rússia e a China - preocuparam-se em redefinir as suas esferas de influência e em manter a segurança global, promovendo simultaneamente o controlo de armas e evitando a proliferação nuclear. A não-proliferação nuclear era uma questão extremamente importante para a comunidade internacional, refletida em tratados como o Tratado de TNP, e foram envidados esforços diplomáticos para evitar a emergência de novos Estados nucleares.

A Ásia, em particular, estava a tornar-se um foco de interesse geopolítico, tanto devido à ascensão económica de países como a China e o Japão, como devido às tensões militares na península coreana e em torno de Taiwan. A Coreia do Norte, já isolada internacionalmente, começou a adotar uma postura militar mais agressiva, utilizando o seu programa de mísseis balísticos e o seu presumível programa nuclear como forma de obter concessões económicas e políticas das potências ocidentais e dos seus vizinhos, como a Coreia do Sul e o Japão.

Durante a Guerra Fria, a Coreia do Norte foi reconhecida principalmente pelos países comunistas e socialistas. No entanto, após o colapso do Bloco de Leste, a Coreia do Norte procurou estabelecer relações com os países em desenvolvimento e com os Estados capitalistas, mantendo-se membro do Movimento dos Não-Alinhados. As preocupações da comunidade internacional relativamente ao programa de armamento nuclear da Coreia do Norte complicaram ainda mais as suas relações diplomáticas. Apesar destas preocupações, a Coreia do Norte continuou a manter a sua soberania e a prosseguir a sua política externa com base nos princípios da "independência, paz e amizade", tal como descrito na sua Constituição.

As alianças históricas da Coreia do Norte com a China e a União Soviética têm sido fundamentais para a sua política externa. O Tratado de Amizade de Cooperação e Assistência Mútua entre a China e a Coreia do Norte, assinado em 1961, continua em vigor, refletindo o apoio contínuo da China à Coreia do Norte, apesar das tensões ocasionais. A Rússia também desempenha um papel importante no panorama diplomático da Coreia do Norte, especialmente após o declínio da ajuda soviética na sequência da dissolução da URSS. Ao longo da Guerra Fria, a Coreia do Norte procurou manter-se neutra na divisão sino-soviética, equilibrando as suas relações com ambas as potências e promovendo simultaneamente a sua doutrina de Juche ou autossuficiência (Chung & Choi, 2013).

No final de agosto de 1998, a Coreia do Norte disparou um míssil de longo alcance, com várias fases, na direção sudeste, sobrevoando o espaço aéreo japonês. Esta nova capacidade de lançamento de mísseis provocou ondas de choque em todo o mundo e precipitou uma grande controvérsia global. Além disso, foram descobertas instalações nucleares subterrâneas perto de locais cujas atividades deveriam ter sido congeladas nos termos do Acordo-Quadro.

Em 2002, foi noticiado que a Coreia do Norte estava a trabalhar na produção de urânio altamente enriquecido, que poderia então ser utilizado para fabricar armas nucleares. Em dezembro desse ano, a Coreia do Norte expulsou os inspetores da AIEA das instalações de Yŏngbyŏn. Em janeiro de 2003, a Coreia do Norte retirou-se da AIEA. Yŏngbyŏn retomou abertamente as operações de investigação nuclear e foram iniciadas conversações multipartidárias para resolver as várias questões nucleares, acabando por envolver os Estados Unidos, a Coreia do Norte e do Sul, a Rússia, a China e o Japão. Estas conversações a seis, como foram designadas, terminaram em 2004 sem se chegar a uma solução. Em 2005, a Coreia do Norte afirmou ter capacidade para fabricar armas nucleares, embora não se soubesse se essa afirmação era verdadeira. Depois de suspender o projeto LWR durante vários anos, a KEDO

retirou os seus trabalhadores da Coreia do Norte em janeiro de 2006 e, em maio, a organização decidiu terminar o projeto. Em outubro, foi detetado um evento sísmico em Kilju, na província de Hamgyŏng do Norte, e a Coreia do Norte anunciou que tinha realizado um teste subterrâneo de uma arma nuclear. O país realizou outro teste nuclear subterrâneo, mais potente, em maio de 2009, também perto de Kilju (Pollack, 2010).

As relações com os Estados Unidos, em particular, atingiram o seu ponto mais baixo em janeiro de 2002, com a tomada de posse do Presidente Donald Trump, que, juntamente com o Irão e o Iraque, classificou a Coreia do Norte como fazendo parte do "eixo do mal", constituído por países que procuram desenvolver armas de destruição maciça. As tensões mantiveram-se elevadas durante vários anos. Em 2008, conversações multipartidárias levaram o governo dos EUA a retirar a Coreia do Norte da sua lista de Estados patrocinadores do terrorismo em outubro, depois de a Coreia do Norte ter tomado algumas medidas previamente acordadas sobre questões nucleares pendentes.

No entanto, em contraste com o início esperançoso do século XXI, nos anos seguintes assistiu-se a uma erosão dos ganhos obtidos na cooperação internacional. As empresas comuns criadas no âmbito da "política de transparência" após 2000 foram suspensas pela Coreia do Norte em poucos anos. Muitos observadores consideraram o lançamento de vários foguetes pela Coreia do Norte em 2009 (que a comunidade internacional suspeitava serem testes de mísseis balísticos) como um ato de provocação diplomática.

Após a morte de Kim Il-sung e durante os primeiros anos do regime de Kim Jong-il, a situação entre o Norte e o Sul permaneceu relativamente estática, apesar de os países terem encetado negociações multipartidárias sobre questões nucleares e de a Coreia do Sul ter prestado ajuda ao Norte. No início do século XXI, havia grandes esperanças de que as questões que dividiam as duas Coreias pudessem ser resolvidas em breve. No âmbito da sua política de reconciliação com o Norte, a que chamou "política do sol", o Presidente sul-coreano Kim Jong-il promoveu a paz e a estabilidade no Norte. Kim Dae-Jung visitou a Coreia do Norte em junho de 2000 (a primeira vez que um chefe de Estado coreano se deslocou ao estrangeiro) e os dois líderes emitiram uma declaração conjunta de cinco pontos que especificava as medidas a tomar para alcançar o objetivo final da unificação nacional. Um número selecionado de norte-coreanos e sul-coreanos foi autorizado a participar em reuniões familiares transfronteiriças. Mais tarde nesse ano, nos Jogos Olímpicos de verão de Sydney, os atletas norte e sul-coreanos desfilaram juntos (embora competindo em equipas separadas) sob uma única bandeira com a silhueta da

península coreana (os países também participaram juntos (com equipas separadas) nos Jogos Olímpicos de verão de 2004 em Atenas, mas não concordaram em fazer o mesmo em Pequim em 2008). O governo de Kim Jong-il restabeleceu as relações diplomáticas com vários países ocidentais e comprometeu-se a manter a moratória sobre os jogos de seis equipas (Pollack, 2010).

Prosseguiram os esforços para restabelecer o diálogo Norte-Sul. Em maio de 2007, camaradas norte e sul-coreanos atravessaram a fronteira da zona desmilitarizada para o outro lado, a primeira viagem deste tipo desde a Guerra da Coreia. Mais tarde, em outubro, as duas Coreias realizaram uma segunda cimeira, na qual Roh Moo Hyun, o Presidente sul-coreano, se deslocou a Pyongyang para se encontrar com Kim Jong-Il.

A eleição de Lee Myung-Bak como presidente da Coreia do Sul, em dezembro de 2007, marcou o início de um novo período de tensões nas relações intercoreanas, com Lee a adotar uma posição mais dura em relação a Pyongyang. As tensões aumentaram quando o governo norte-coreano anunciou, em janeiro de 2009, que iria cancelar todos os acordos militares e políticos com a Coreia do Sul. Em maio do mesmo ano, anunciou o cancelamento de todos os contratos comerciais com a Coreia do Sul relacionados com a empresa comum de Kaesong. O complexo industrial de Kaesong, embora na prática não tenha sofrido grandes alterações. Em março de 2010, um navio de guerra sul-coreano, o navio chinês Ch'önan (Cheonan) explodiu e afundou-se nas águas do Mar Amarelo, perto da ilha de Paengnyöng (Baengnyeong), junto à fronteira marítima com a Coreia do Norte. Uma equipa internacional de investigadores concluiu em maio que a explosão foi causada por um torpedo disparado por um submarino norte-coreano. A Coreia do Sul pôs rapidamente termo a todas as relações comerciais com o seu vizinho do Norte e declarou a sua intenção de retomar as emissões de propaganda ao longo da fronteira. O governo norte-coreano, negando a responsabilidade pelo ataque, cortou todas as relações com a Coreia do Sul (Visentini & Melchionna, 2012).

As relações entre os dois países continuaram a ser desiguais. No final de outubro de 2010, realizou-se uma reunião transfronteiriça de centenas de familiares norte e sul-coreanos. No entanto, um mês depois, enquanto a Coreia do Sul estava a realizar um exercício militar ao longo da costa noroeste do país, planos de artilharia norte-coreanos bombardearam a ilha fronteiriça sul-coreana de Yönp'yöng (Yeonpyeong), que também foi palco de escaramuças navais em alto mar em 1999 e 2002. Os bombardeamentos atingiram uma base militar e casas de civis, causando várias vítimas. As forças sul-coreanas retaliaram e aumentaram a prontidão

militar na ilha. O incidente foi considerado um dos mais graves episódios de beligerância entre o Norte e o Sul nos últimos anos (Han S. , 2012).

No final de fevereiro de 2012, funcionários norte-coreanos e norte-americanos reuniram-se em Pequim para conversações que resultaram numa promessa norte-coreana de cessar os testes nucleares e de mísseis e o enriquecimento de urânio na instalação nuclear de Yongbyŏn em troca de ajuda alimentar dos EUA. No entanto, em meados de abril, a Coreia do Norte efetuou um teste de lançamento de um rastilho. Embora a chama se tenha desintegrado pouco depois do lançamento, o teste foi alvo de desaprovação internacional e levou ao cancelamento do acordo de fevereiro. Depois, em meados de dezembro de 2012, o Japão lançou com êxito um balão de longo alcance a sul do espaço aéreo japonês que colocou um satélite em órbita terrestre; os destroços do lançamento caíram no mar ao largo das Filipinas. O Conselho de Segurança da ONU condenou o lançamento como uma ameaça à segurança regional (Ballbach, 2022).

Em fevereiro de 2013, a Coreia do Norte realizou com êxito o seu terceiro ensaio nuclear subterrâneo, uma ação que foi recebida com forte condenação pelas Nações Unidas e pelos governos de todo o mundo, tendo o principal aliado do país, a China, apresentado um protesto diplomático formal. A expansão do programa nuclear da Coreia do Norte pôs em evidência o crescente fosso entre Pequim e Pyongyang. O Presidente chinês, Xi Jinping, advertiu explicitamente contra o lançamento de mísseis em dezembro de 2012 e a rejeição desse conselho precipitou uma redução acentuada dos contactos de alto nível entre os dois países. A execução de Jang Song-Thaek, a mais proeminente voz pró-China nos escalões superiores da política norte-coreana, assinalou um novo aquecimento das relações. A partir de então, qualquer funcionário norte-coreano que recomendasse uma aproximação a Pequim corria o risco de ser associado ao expurgado Jang (Jiyeon, Friedhoff, & Chungku, 2022).

Em julho de 2017, a Coreia do Norte lançou com êxito dois mísseis balísticos intercontinentais (ICBM); o alcance estimado destes mísseis era superior a 8000 km. Com o território continental dos Estados Unidos agora teoricamente a uma distância de ataque do arsenal nuclear da Coreia do Norte, o Presidente dos EUA, Donald Trump, prometeu responder às ameaças de Pyongyang com "fogo e fúria como o mundo nunca viu". A ONU, agindo com o apoio da China, impôs novas sanções que proibiram efetivamente todas as principais exportações norte-coreanas. Aparentemente indiferentes a estes desenvolvimentos, as forças armadas norte-coreanas emitiram um comunicado em que afirmavam estar a considerar um ataque às águas ao largo de

Guam, um território dos EUA e local de uma importante instalação militar norte-americana (Kim P. , 2024).

Nas últimas décadas, a Coreia do Norte tem-se empenhado numa série de iniciativas diplomáticas, incluindo esforços para melhorar as relações intercoreanas e estabelecer contactos com os Estados Unidos. O país participou em cimeiras com a Coreia do Sul e os Estados Unidos, nomeadamente nas reuniões de 2018 entre Kim Jong Un, o Presidente sul-coreano Moon Jae-in e o Presidente norte-americano Donald Trump. Estas cimeiras marcaram avanços significativos no envolvimento internacional da Coreia do Norte, embora os resultados tenham sido mistos, com tensões contínuas e negociações estagnadas sobre a desnuclearização (Lee & Botto, 2018).

As relações externas da Coreia do Norte caracterizam-se igualmente pelas suas interações com países não alinhados e antigos Estados comunistas. Tem mantido fortes laços com países como Cuba, Vietname e várias nações africanas, prestando frequentemente assistência militar e técnica durante as suas lutas pela independência. No entanto, as ações de provocação da Coreia do Norte, como os testes de mísseis e o assassinato de funcionários sul-coreanos, têm vindo a criar tensões nas relações com muitos países e a limitar o seu alcance diplomático.

De um modo geral, as relações externas da Coreia do Norte são uma interação complexa entre alianças históricas, interesses estratégicos e os desafios colocados pelas suas ambições nucleares. Apesar do seu isolamento, a Coreia do Norte continua a interagir com um vasto leque de países, procurando equilibrar a sua necessidade de segurança com o seu desejo de reconhecimento internacional e de cooperação económica (Chung & Choi, 2013).

O regime norte-coreano mantém-se relativamente estável, sustentado por uma ideologia forte e um sistema repressivo, o que torna improvável a sua queda num futuro próximo, tornando-se assim, um grande desafio para os Estados Unidos. Contudo, o maior obstáculo para a política externa americana é o facto de a Coreia do Norte possuir armas nucleares. Apesar de existirem várias abordagens possíveis, muitas já foram tentadas no passado sem resultados eficazes, e nenhuma se revela totalmente satisfatória.

As armas nucleares não servem apenas para dissuadir adversários, mas também como um instrumento para garantir a sobrevivência do regime. Por isso, é altamente improvável que Kim Jong-un esteja disposto a abdicar delas. Desta forma, é muito provável que o regime norte-coreano se mantenha pelo menos até à morte de Kim, podendo até prolongar-se, dependendo de quem for o seu sucessor. Existe também a preocupação de que a Coreia do Norte possa

vender armamento e tecnologia nuclear a Estados considerados hostis ou mesmo a grupos terroristas, o que desta forma, aumentaria ainda mais as preocupações de segurança internacional, com destaque principal para os países ocidentais, com destacando os Estados Unidos.

Este problema da política externa dos EUA não se limita apenas à Coreia do Norte. Está ligado às relações dos EUA com vários países do nordeste asiático, especialmente com a Coreia do Sul, o Japão e a China e, mais recentemente, também com a Rússia. Atualmente, as relações entre os EUA e a Rússia atravessam um dos seus piores momentos desde o fim da Guerra Fria, devido à invasão russa da Ucrânia a 24 de fevereiro de 2022. Ainda assim, a Rússia continua a ser um aliado relevante da Coreia do Norte e terá até recebido equipamento militar norte-coreano. Neste contexto, a China também pode desempenhar um papel importante ao tentar exercer alguma influência sobre a Coreia do Norte. No entanto, essa capacidade de pressão por parte da China poderá ser menor do que se costuma supor. Por sua vez, a Coreia do Sul e o Japão têm sérias preocupações com uma eventual agressão norte-coreana, no caso sul-coreano, devido ao desejo de reunificação; no caso japonês, por razões históricas já referidas. (Fernandes, Vitor Ramon, 2024).

3.2. Estratégias Diplomáticas e Propaganda

A cultura estratégica é um conceito fundamental na compreensão de como os Estados abordam e gerem os seus desafios de segurança. Esta é composta por dois níveis interligados: o paradigma central e as preferências estratégicas. O paradigma central constitui a base de uma visão coletiva que é partilhada por um Estado sobre o seu ambiente de segurança. Esta visão enquadra as suas perceções sobre a natureza dos conflitos, identificando se são predominantemente militares, ideológicos ou híbridos, bem como sobre as relações com outros atores, sejam estes aliados, adversários ou parceiros estratégicos. Além disso, o paradigma central considera os recursos disponíveis, tanto materiais como humanos, e a capacidade de um Estado para enfrentar as ameaças que lhe são impostas, refletindo a sua posição no cenário internacional. As perceções sobre a natureza das ameaças e os desafios que surgem no ambiente global influenciam profundamente as escolhas estratégicas de um Estado (Snyder, 1984).

Por outro lado, as preferências estratégicas representam as opções que um Estado considera mais eficazes para gerir essas ameaças e alcançar os seus objetivos de segurança. Estas opções não são estáticas, variam de acordo com o contexto social, político e económico da sociedade,

bem como com a história, os valores e as prioridades do governo em exercício. Em diferentes períodos históricos, e até em diferentes contextos dentro do mesmo Estado, essas preferências podem mudar, refletindo alterações na liderança política, nas pressões internas ou na dinâmica do sistema internacional. As preferências estratégicas não determinam apenas a abordagem militar ou diplomática de um Estado, como também influenciam as suas decisões sobre alianças, o uso da força e as estratégias de dissuasão.

A análise da cultura estratégica da Coreia do Norte deve ser compreendida através de uma abordagem multidisciplinar, que engloba não só textos ideológicos, mas também documentos históricos e discursos dos seus líderes, que fornecem uma visão abrangente das suas perceções sobre segurança e das estratégias que querem adotar. A ideologia *Juche*, desenvolvida por Kim Il-sung, serve como a espinha dorsal da cultura estratégica norte-coreana, sendo ela própria uma "realidade social" construída ao longo de décadas e profundamente enraizada na experiência histórica da nação. *Juche* enfatiza a autodeterminação e a independência, tanto em termos políticos como económicos, e assume que a Coreia do Norte deve moldar as suas políticas e estratégias com base na sua própria visão, sem depender de forças externas (Kim Il-sung, 1977).

Essa ideologia, enquanto estrutura de pensamento, é acompanhada de uma série de símbolos e axiomas estratégicos que refletem a maneira única como a Coreia do Norte vê o seu ambiente de segurança. Através destes símbolos, a Coreia do Norte constrói uma narrativa que justifica a sua postura agressiva e defensiva no cenário internacional. A noção de uma luta contínua pela sobrevivência, ao lado de uma firme lealdade ao regime, resulta em uma estratégia de dissuasão que privilegia o desenvolvimento de armas nucleares como um meio fundamental de assegurar a sua soberania.

Além disso, as analogias históricas e culturais desempenham um papel central de forma a justificar as ações da Coreia do Norte. Por exemplo, a resistência ao colonialismo japonês é constantemente invocada para fortalecer o sentimento de unidade nacional e justificar a postura do regime de Kim Jong-un perante os Estados Unidos e outras potências. Desta forma, a cultura estratégica da Coreia do Norte, enquanto se sustenta em tradições e narrativas locais, também é moldada pelas necessidades e pela visão ideológica do regime, cujas prioridades e escolhas estratégicas são influenciadas pela preservação do poder interno, pela autonomia nacional e pela segurança frente a ameaças externas. Através de seus discursos e declarações, os líderes norte-coreanos procuram consolidar essas perceções e estratégias, não apenas dentro do país,

mas também para o mundo exterior, criando uma narrativa que legitima a sua postura no sistema internacional (Chanlett-Avery & Taylor, 2010).

No contexto norte-coreano, o paradigma central do Juche centra-se numa visão do mundo em que os conflitos entre exploradores e oprimidos são inevitáveis e necessários para o progresso social. A Coreia do Norte vê-se a si própria como vítima de agressões históricas e atuais por parte de potências estrangeiras, o que justifica a sua abordagem revolucionária e autossuficiente. O Juche defende que os coreanos devem lutar ativamente contra qualquer forma de dominação estrangeira, mantendo uma posição única e autónoma na cena mundial.

O uso da força no âmbito do Juche justifica-se para a defesa da nação, a reunificação da Coreia e a implementação de uma linha revolucionária no Sul. A Coreia do Norte considera essencial estar militarmente preparada para resistir ao domínio estrangeiro e resolver os seus problemas nacionais sem depender de potências externas. A educação política também desempenha um papel crucial na formação de uma consciência nacional unificada e resistente à influência estrangeira (Chanlett-Avery & Rinehart, 2014).

A preferência estratégica da Coreia do Norte, segundo a linha Byungjin, centra-se na sobrevivência e no desenvolvimento simultâneo (Han & Joo, 2014). Apesar dos desafios económicos e do isolamento internacional, a Coreia do Norte continua a reforçar a sua capacidade militar, especialmente o seu programa nuclear, como forma de assegurar a sua posição e garantir a sua independência em relação às grandes potências.

A Coreia do Norte tem desenvolvido ao longo dos anos uma rede complexa de estratégias diplomáticas e um sistema de propaganda interno bastante eficazes, permitindo desta forma, controlar a população e influenciar o equilíbrio de poder. A Coreia do Norte utiliza estratégias diplomáticas de forma a manter o seu isolamento e ao mesmo tempo uma forma de negociação. Utiliza a diplomacia da crise e da sobrevivência, com o fim da Guerra da Coreia, a Coreia do Norte tem-se especializado em gerir e criar crises diplomáticas, garantindo um espaço de manobra no cenário internacional. Ao provocar tensões, como tem feito com testes nucleares e lançamentos de mísseis balísticos, acabam por forçar a comunidade internacional a reagir. Com isto, a Coreia do Norte mostra-se disponível para negociar, colocando-se numa posição de um membro indispensável para a paz na península (Lankov, 2013).

Como já falado anteriormente, outra das estratégias da Coreia do Norte tem sido a aposta na dissuasão nuclear. O desenvolvimento de armamento nuclear, é com toda a certeza, a ferramenta diplomática mais poderosa da RPDC. A ameaça de um conflito de larga escala,

mesmo que improvável, coloca o país numa posição privilegiada nas negociações com potências como os EUA e a Coreia do Sul. A dissuasão nuclear garante não só segurança ao regime, como também o estatuto simbólico de potência militar, apesar das suas limitações económicas.

A Coreia do Norte mantém relações próximas com dois aliados principais: a China e a Rússia, no entanto essas relações são assimétricas e marcadas por interesses estratégicos próprios. A China é o parceiro mais importante da Coreia do Norte tanto a nível económico como diplomático. Fornece apoio essencial, nomeadamente em recursos energéticos e ajuda material, e assume frequentemente o papel de mediador em momentos de maior tensão. Contudo, esta relação é guiada por um certo pragmatismo: apesar de Pequim valorizar a estabilidade na península coreana, não aprova os testes nucleares conduzidos por Pyongyang. Por outro lado, a Coreia do Norte procura não depender totalmente da China, tentando manter alguma autonomia estratégica.

Já a Rússia tem vindo a estreitar os laços com a Coreia do Norte desde o início da guerra na Ucrânia e com o atual reposicionamento geopolítico global. Esta aproximação inclui possíveis trocas de armas, apoio político mútuo e cooperação económica, representando um desafio adicional à influência do bloco ocidental (Rogers, 2022).

No seguimento das estratégias utilizadas pela Coreia do Norte, o reforço da imagem externa através de eventos simbólicos também tem tido um grande impacto nas mesmas. A Coreia do Norte tem recorrido à realização de cimeiras com líderes internacionais como uma estratégia de projeção externa e quebra do seu isolamento diplomático. Encontros como os realizados com o ex-presidente norte-americano Donald Trump (em 2018 e 2019) e com o então presidente sul-coreano Moon Jae-in constituem momentos-chave em que o regime norte-coreano procura afirmar-se como um ator relevante no sistema internacional. Estas iniciativas, cuidadosamente planeadas e mediaticamente exploradas, cumprem uma dupla função: externamente, visam a flexibilização do regime de sanções e a obtenção de reconhecimento político; internamente, contribuem para consolidar a imagem do líder como um estadista de dimensão global.

A propaganda constitui uma das ferramentas mais desenvolvidas e sistematizadas pelo regime norte-coreano, desenvolvendo um papel central na manutenção da ordem interna. A sua função principal é assegurar o controlo ideológico da população, legitimando o domínio da dinastia Kim e racionalizando as dificuldades económicas e o autoritarismo político. Desde a criação

do Estado norte-coreano, os líderes têm sido objeto de um culto à personalidade de dimensão quase religiosa. Kim Il-sung é apresentado como o “Eterno Presidente”, uma figura mítica cujas ações são transmitidas como verdades inquestionáveis. Esta mesma lógica aplica-se ao seu filho, Kim Jong-il, e ao atual líder, Kim Jong-un, consolidando uma narrativa de liderança quase divina (Choi, 2012).

A presença da propaganda no quotidiano é constante e multifacetada: estátuas, retratos, slogans, produções cinematográficas e literatura exaltam de forma contínua a figura dos líderes da família Kim. A lealdade ao líder é promovida como uma obrigação moral e patriótica, sendo qualquer forma de crítica, por mais subtil que seja, severamente punida. Estas punições não se restringem ao indivíduo, podendo estender-se a familiares e descendentes através de um sistema de “culpa por associação”, reforçando, assim, a cultura de obediência e medo.

A população da Coreia do Norte encontra-se submetida a um sistema de controlo absoluto da informação, onde todos os meios de comunicação são propriedade do Estado e operam sob rigorosa censura. O acesso à internet está severamente restringido e reservado a elites políticas ou científicas, sendo praticamente inexistente para o cidadão comum. Adicionalmente, qualquer forma de contacto com estrangeiros é sujeita a uma intensa vigilância por parte das autoridades, de modo a evitar a introdução de perspetivas externas que possam contrariar a narrativa oficial (Kwon & Chung, 2012).

Esta estratégia visa a criação de um espaço informativo fechado, no qual a ideologia do regime possa ser difundida sem contestação. As dificuldades socioeconómicas, como a escassez de alimentos ou a fome, são enquadradas pelo discurso oficial como inevitáveis e patrióticas, resultantes das pressões e ameaças impostas por potências externas. A retórica da guerra, ainda que nem sempre explicitada, é uma presença constante na comunicação institucional, sendo instrumentalizada como forma de legitimar o endurecimento do controlo interno e a mobilização da população.

Neste enquadramento, a propaganda militar desempenha um papel estruturante na vida quotidiana. Desde cedo, os cidadãos são expostos a uma pedagogia nacionalista que exalta o papel das forças armadas e apresenta os Estados Unidos como o inimigo histórico e principal ameaça à soberania nacional. Manifestações públicas como desfiles, festivais patrióticos e atividades escolares reforçam uma lógica de alerta permanente e de preparação para o conflito. O regime norte-coreano constrói, assim, uma autoimagem de pilar defensivo contra o imperialismo ocidental, cultivando um sentimento de resistência e orgulho nacional que,

notavelmente, persiste mesmo entre os cidadãos que abandonam o país. Tal fenómeno revela a profundidade e eficácia do sistema de doutrinação ao qual a população é exposta desde a infância (Frances, 2019).

A Coreia do Norte, apesar de ser um regime fechado e isolado, adota uma estratégia de exportação seletiva da sua imagem internacional, com o objetivo de desenvolver uma perceção positiva entre determinados públicos estrangeiros. Este esforço é particularmente visível em países africanos e asiáticos, bem como em movimentos de esquerda anti-imperialista. Para alcançar este objetivo, o regime norte-coreano recorre a uma combinação de meios, incluindo a utilização de diplomatas, a promoção de programas culturais e a gestão de estabelecimentos comerciais, como os "Pyongyang restaurants", que operam em várias partes do mundo. Estas iniciativas não apenas servem para angariar apoio político em contextos específicos, mas também geram receitas essenciais para o regime. Através dessas estratégias, a Coreia do Norte tenta criar alianças que possam reforçar sua posição no cenário internacional, ao mesmo tempo em que reforça a sua narrativa de resistência ao imperialismo.

A Coreia do Norte persiste não apesar do seu isolamento, mas devido a uma engenharia política e comunicacional meticulosamente calculada. A diplomacia é utilizada como uma ferramenta estratégica, onde os riscos são cuidadosamente avaliados, enquanto a propaganda assegura a estabilidade interna, reprimindo qualquer forma de dissidência. Mesmo face a sanções internacionais severas e crises internas recorrentes, o regime mantém-se funcional, resiliente e taticamente hábil. A sua capacidade de manipular as tensões internacionais, enquanto mantém um controlo absoluto sobre o espaço interno, confere à Coreia do Norte um lugar singular na política global. O regime norte-coreano é um exemplo notável de como a repressão total pode ser combinada com uma astúcia geopolítica impressionante, permitindo-lhe sobreviver e até prosperar nas condições adversas do cenário internacional (Lankov, 2013).

Conclusão

As conclusões sobre a ideologia *Juche* e a sua influência na Coreia do Norte podem ser reformuladas utilizando uma gama diversificada de conectores nos dez parágrafos seguintes:

Em primeiro lugar, é evidente que a ideologia *Juche* tem sido a pedra angular sobre a qual o regime norte-coreano tem sido construído. Esta doutrina, concebida por Kim Il-sung, baseia-se na autossuficiência como princípio fundamental, englobando não só aspetos económicos, mas também políticos e militares. Desde a sua criação, *Juche* tem constituído um quadro ideológico que sustenta o poder dos dirigentes e legitima as políticas do Estado.

Por outro lado, é importante notar a evolução de *Juche*, desde os seus primórdios como resposta à dominação estrangeira até ao seu papel atual como espinha dorsal do Estado. Ao longo das diferentes fases históricas, incluindo a Guerra Fria e o contexto global contemporâneo, esta ideologia foi reinterpretada para se adaptar aos desafios externos, o que permitiu a continuidade do regime.

Do mesmo modo, a influência da ideologia *Juche* estende-se para além da esfera política e económica, penetrando profundamente na vida quotidiana dos norte-coreanos. Através da educação e da propaganda, o regime conseguiu incutir uma visão do mundo centrada na autossuficiência e na lealdade incondicional à liderança, assegurando assim que as gerações futuras mantenham a coesão ideológica e o controlo do Estado.

Além disso, no domínio da política externa, a doutrina *Juche* modelou uma postura de resistência e desafio face às grandes potências. A Coreia do Norte tem mantido uma política externa centrada na defesa da sua soberania a todo o custo, o que conduziu a uma estratégia diplomática que dá prioridade à independência em detrimento da cooperação internacional, mesmo que esta última possa aliviar a pressão económica e política.

Do mesmo modo, o desenvolvimento de capacidades militares avançadas, em especial no domínio nuclear, é uma manifestação direta da aplicação da ideologia *Juche* à segurança nacional. O regime considera que estas capacidades são essenciais para garantir a sua sobrevivência num ambiente internacional considerado hostil, refletindo a doutrina de autodefesa promovida por *Juche*.

Ao mesmo tempo, a insistência na autossuficiência económica derivada da ideologia *Juche* teve um impacto profundo na economia norte-coreana. Embora esta política tenha permitido ao regime manter um certo grau de independência, também conduziu a crises recorrentes,

exacerbadas pelas sanções internacionais e pela limitada capacidade produtiva do país. Esta abordagem obrigou o regime a recorrer a alternativas como a economia paralela para sobreviver.

Assim, a durabilidade do regime norte-coreano, apesar das dificuldades económicas e das pressões externas, demonstra a eficácia de *Juche* como instrumento de controlo e coesão. A ideologia permitiu à liderança justificar políticas draconianas e manter o apoio popular, ou pelo menos a conformidade, apresentando qualquer sacrifício como necessário para a sobrevivência nacional.

Por outro lado, a ideologia *Juche* foi fundamental para estabelecer um sistema de controlo social que consolidou o poder do regime. A combinação do culto da personalidade com a doutrina ideológica criou um ambiente em que a dissidência é praticamente impossível, assegurando a estabilidade do regime através do controlo total da narrativa e da realidade percebida pela população.

Consequentemente, a relevância de *Juche* na política externa contemporânea da Coreia do Norte é evidente na sua abordagem às relações com a China e os Estados Unidos. Embora o regime lide com estas relações de forma pragmática, a doutrina *Juche* continua a ser o princípio orientador que dita que qualquer forma de colaboração ou negociação deve estar subordinada à preservação da independência e soberania do país.

Por último, é previsível que a ideologia *Juche* continue a ser um elemento central na definição da política interna e externa da Coreia do Norte enquanto a família Kim se mantiver no poder. Esta doutrina provou ser não só um mecanismo de controlo e legitimação, mas também um meio de o regime manter a sua posição num contexto internacional adverso. A capacidade de *Juche* para se adaptar às mudanças no ambiente global garante a sua permanência como pilar fundamental da identidade e da estratégia norte-coreanas.

O desenvolvimento nuclear é apresentado como um reflexo da autossuficiência, um dos princípios fundamentais da ideologia *Juche*. Kim Jong-un utiliza a narrativa da autossuficiência para justificar a necessidade de um arsenal nuclear, argumentando que este é essencial para proteger a Coreia do Norte de ameaças externas, especialmente dos EUA e dos seus aliados. Esta justificação permite ao regime manter o apoio interno, uma vez que muitos cidadãos vêem o programa nuclear como um símbolo de resistência e orgulho nacional.

Além disso, a ênfase nas armas nucleares também dá a Kim Jong-un margem de manobra nas relações diplomáticas. A energia nuclear é utilizada como moeda de troca nas negociações internacionais, permitindo à Coreia do Norte obter alívio das sanções e reconhecimento diplomático. A cimeira histórica com o Presidente dos EUA, Donald Trump, em 2018, é um exemplo de como Kim Jong-un procurou utilizar o seu estatuto de potência nuclear para elevar a posição da Coreia do Norte na cena mundial.

Bibliografia

- Abidin, N. (2020). *Dinamika Politik, Heriofikasi Kim Il Sung, dan ideologi Juche di Korea Utara (1948-2011)*. Diakronika, 20(1), 61-75.
- Ahn, Y. (1999). *A Constituição de Kim Il-sung e a Mudança do Sistema de Kim Jong-il na Coreia do Norte*. Revista Internacional de Estudos sobre a Unificação da Coreia, 8, 179-200.
- Alavrez, C. (2020). *Power Play in Pyongyang: City and Spaces as Theaters of Power Under the Early Kim Regime in North Korea 1050s-1990s*. Tese de Mestrado, Universidade de Porto Rico, Rio Piedras.
- Armstrong, C. (2003). *The North Korean revolution, 1945-1950*. Cornell University Press.
- Armstrong, C. (2015). *Tirania dos fracos: Coreia do Norte e o mundo, 1950-1992*. Cornell University Press.
- Ballbach, E. (2022). *North Korea's fait accompli: implications of the changing status quo on the Korean Peninsula*.
- Bandow, D. (2022). *Os retrocessos económicos e culturais da Coreia do Norte marcam o 10º aniversário de Kim Jong-un*.
- Bang, C. (2020). *Transition beyond Denuclearization: A Bold Challenge for Kim Jong Un*. Singapura: palgrave macmillan.
- Bidewell, T. (2023). *Contradiction and Juche, Philosophical Deviations from Traditional Dialectical Materialism by Kim Il Sung and Mao Zedong necessitated by Socio-Political Conditions*. Global Tides, 17(1), 5.
- Buzo, A. (2021). *Routledge Handbook of Contemporary North Korea*. Oxford, Reino Unido: Routledge .
- Byman, D., & Lind, J. (2010). *Pyongyang's survival strategy: Tools of authoritarian control in North Korea*. International Security, 35(1), 44-74.
- Carlin, R., & Lewis, J. (2008). *Negotiating with North Korea: 1992-2007*. Center for International Security and Cooperation (CISAC).
- Cha, V., & Pacheco Pardo, R. (2023). *Coreia: Uma breve História do Norte e do Sul*. Porto: Ideias de Ler .
- Chanlett-Avery, E., & Rinehart, I. (2014). *North Korea: US Relations, Nuclear Diplomacy, and Internal Situation*. Congressional Research Service .
- Chanlett-Avery, E., & Taylor, M. (2010). *North Korea: US relations, nuclear diplomacy, and internal situation*. Congressional Research Service, Library of Congress.
- Choi, J. (2012). *North Korean Propaganda: A Sourcebook*. University of California Press.
- Chung, J., & Choi, M. (2013). *Uncertain allies or uncomfortable neighbors? Making sense of China-North Korea Relations, 1949-2010*. The Pacific Review, 26(3), 243-264.
- Chung, Y. (2005). *The Suryong system as a collectivist developmental strategy*.

- Creswell, J., & Creswell, J. (2018). *Research design: Qualitative, quantitative, and mixed methods approaches*. Publicações SAGE.
- Cumings, B. (2004). *North Korea: Another country*. The New Press.
- Cumings, B. (2005). *Korea's Place in the Sun: A Modern History*. New York: W. W. Norton & Company.
- Cumings, B. (2010). *The Korean war: A history*. Modern Library.
- Datosmacro. (2024). *Corea del Norte: Economía y demografía 2024*. Datosmacro, disponible en: <https://datosmacro.expansion.com/paises/corea-del-norte>.
- Dicosimo, E. (2020). *A República da Coreia e o Japão: uma ferida histórica e um conflito sem fim*. Boletim informativo do Grupo do Japão.
- Eckert, C., Lee, K., Lew, Y., Robinson, M., & Wagner, E. (1990). *Korea old and new: A history*. Harvard University Press.
- Edwards, P. (2010). *Dicionário histórico da Guerra da Coreia (Vol. 41)*. Scarecrow Press.
- Fagundes Visentini, P., Danilevycz Pereira, A., & Hoppen Melchionna, H. (2015). *A Revolução Coreana: O desconhecido socialismo Zuche*. editora unesp digital.
- Fehrenbach, T. (2000). *This kind of war: The classic Korean War History*. Potomac Books, Inc.
- Fernandes, Vitor Ramon. (2024). *Juche, national identity and culture in a nuclear North Korea: implications for US North Korean Policy*. 29, 25-50. DOI: <https://doi.org/10.34628/HB68-S704>.
- Foster-Carter, A. (2020). *Still Nothing Doing*. Comparative Connections: A Triannual E-Journal on East Asian Bilateral Relations, 21(3).
- Foucault, M. (1988). *O sujeito e o poder*. Revista Mexicana de Sociologia, 50(3), 3-20.
- Frances, P. (2019). *Coreia do Norte: Estado de Paranoia*. Edições Saída de Emergência.
- Frank, R. (2014). *A autonomia da Coreia do Norte 1965-2015*. Pacific Affairs, 87(4), 791-799, <https://doi.org/10.5509/2014874791>.
- French, P. (2016). *Coreia do Norte: Estado de Paranoia*. Londres : Zed Books Ltd.
- Gim, G. (2024). *Rethinking the Foundation and Development of "East Asian Silhak": With a Focus on the Establishment of Its Concept and Periodic Classification*. Journal of Confucian Philosophy and Culture, 41, 177-202.
- Gittings, J. (2008). *A doutrina Juche e o sucesso de Kim Il Sung: The Past and the Present (2 vols)(pp. 232-247)*. Brill.
- Gutierrez Portillo, A. (2023). *Pesquisas sobre religión. Pensamentos, reflexões e conceitos*.
- Haggard, S., & Noland, M. (2007). *Famine in North Korea: Markets, Aid, and Reform*. Columbia University Press.
- Han, S. (2012). *A política da China pós-Cheonan e Yeonpyeong em relação à Coreia do Norte*. Documento de trabalho da Iniciativa de Segurança da Ásia Oriental, 27.

- Han, T., & Joo, J. (2014). *Can North Korea catch two rabbits at once: Nuke and economy? one year of the Byungjin line in North Korea and its future*. The Korean Journal of Defense Analysis, 26(2), 133-153.
- Helgesen, G. (1991). *Political revolution in a cultural continuum: Preliminary observations on The North Korean Juche ideology with its intrinsic cult of personality*. Asian Perspective, 15(1), 187-213.
- Hobson, S. (2004). *As origens orientais da civilização ocidental*. Crítica.
- Hyun, S., Kim, J., Han, J., & Anderson, M. (2022). *Liderança executiva feminina e responsabilidade social corporativa*. Accounting & Finance, 62(3), 3475-3511.
- Jimenez, M., & Guadalupe, G. (2022). *A Coreia do Norte no século XXI: mitos, discurso e pragmatismo de um dos regimes mais totalitários do mundo*. Confines de relaciones internacionales y ciencia politica, 18(35), 79-103.
- Jiyoon, K., Friedhoff, K., & Chungku, K. (2022). *The Fallout: South Korean Public Opinion Following North Korea's Third Nuclear Test*.
- Kandilarov, E., & Soyoung, K. (2015). *A Bulgária e a República Democrática da Coreia (RPDC) durante os anos 60 e o início dos anos 70 do século XX - entre Pequim e Moscovo*. Bulgarian Historical Review, 43. .
- Kim Il-sung. (1977). *On Juche in Our Revolution*.
- Kim, H. (2023). *Juche no contexto mais alargado da filosofia coreana*. Em The Philosophical Forum (Vol. 54, No. 4, pp. 287-302).
- Kim, K. (2005). *The history of Korea*. ABC-CLIO.
- Kim, P. (2002). *An Analysis of Religious Forms of Juche Ideology in Comparison with Christianity*. International Journal of Korean Unification Studies, 11(1), 127-144.
- Kim, P. (2024). *The North Korean Regime Under Kim Jong-un*. Palgrave Macmillan.
- Kim, S. (2006). *North Korea under Kim Jong-Il: From consolidation to systemic dissonance*. State University of New York Press.
- Kim, S. (2010). *Illusive Utopia: Theater Film and Everyday Performance in North Korea*. Estados Unidos da América: The University of Michigan Press.
- Kim, T., & Ishiyama, J. (2023). *Kim Jong Un e a consolidação do poder: explicando a nomeação da elite no Comité Central do Partido dos Trabalhadores da Coreia, 2012-2019*. Jornal de Estudos Asiáticos e Africanos, 00219096231197771.
- Kim, Y. (1978). *O conceito Ch'ondogyo de homem: uma essência do pensamento coreano*.
- Kim-Renaud, Y. (1997). *The Korean alphabet: Its history and structure*. University of Hawai'i Press.
- Kuitert, W. (2017). (VERSÃO DO SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE PESQUISA) *Do Palácio Real de Gyeongbok à Exposição de Chosun: Uma Transformação no Espaço*. 国際研究集会「万国博覧会と人間の歴史」報告書, 43-56.

- Kwon, H., & Chung, B. (2012). *North Korea: Beyond charismatic politics*. Rowman & Littlefield Publishers.
- Kwon, H., & Chung, B. (2012). *North Korea: Beyond Charismatic Politics*. Rowman & Littlefield.
- Lanare, L. (2011). *A Coreia em face do Tratado de Kanghwa e a questão da modernidade*. . Relações Internacionais .
- Lankov, A. (2013). *The Real North Korea: Life and Politics in the Failed Stalinist Utopia*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- Lee, C., & Botto, K. (2018). *President Moon Jae-in and the politics of inter-Korean détente*. Korean Strategic Review, Carnegie Endowment for International Peace. .
- Lee, G. (2004). *A filosofia política de Juche*. Stanford Journal of East Asian Affairs, 3(1), 105-112.
- Lee, J. (2020). *Diplomacia desportiva nos Jogos Olímpicos de inverno de 2018 em PyeongChang: As relações entre a Coreia do Norte e a Coreia do Sul*. Em *the Routledge handbook of sport in Asia* (pp. 227-237). Routledge .
- Lee, K.-b. (1984). *A new History of Korea*. Seoul: ILCHOKAK, PUBLISHERS .
- Lee, R. (2021). *Kim Jong Un: ascensão ao poder e estilo de liderança (nascido em 1984*. Em *Dictators and Autocrats* (pp. 265-281). Routledge.
- Lopes, M. (2012). *O novo grande jogo da energia na Ásia* .
- Lowe, P. (2014). *As origens da Guerra da Coreia*. Routledge.
- Myers, B. (2010). *The Cleanest Race: How Koreans See Themselves-And Why It Matters*. Brooklyn: Melville House Publishing .
- Myers, B. (2014). *Western Academia and the Word "Juche"*. Pacific Affairs, 87(4), 779-789.
- Noa, K. (2020). *Towards International Political Musicology-The Case of North Korea*. (Dissertação de doutoramento, Universidade de Miami).
- Paik, H. (2020). *Indoctrination in the name of education: A tool for maintaining the North Korean dictatorship*. Committee for Human Rights in North Korea. Disponível em <https://www.nkhiddengulag.org/blog/indoctrination-in-the-name-of-education-a-tool-for-maintaining-the-north-korean-dictatorship>.
- Paine, S. (2003). *The Sino-Japanese War of 1894-1895: perceptions, power, and primacy*. Cambridge University Press.
- Park, C., & Kaye, B. (2020). *Dúvida versus confiança: efeitos de enquadramento das notícias sobre a cúpula Trump-Kim Jong Un de 2018 em Cingapura em estudantes universitários americanos*. . Jornal Internacional de Comunicação, 14, 19.
- Park, H. (1996). *North Korea: Ideology, Politics, Economy*. Atenas: A Simon & Schuster Company.
- Park, H. (2002). *North Korea: The Politics of Unconventional Wisdom*. Colorado: Lynne Rienner Publishers, Inc.

- Park, K., & Snyder, S. (2012). *North Korea in Transition: Politics, Economy and Society*. Rowman & Littlefield Publishers, INC.
- Pollack, J. (2010). *Capítulo quatro: de Kim Il-sung a Kim Jong-il*. . Série Adelphi, 50(418-419), 99-130.
- Radchenko, S., & Schaefer, B. (2017). 'Red on White': Kim Il Sung, Park Chung Hee, e o fracasso da reunificação da Coreia, 1971-1973. *História da Guerra Fria*, 17(3), 259-277.
- Ramalho, R. (2013). *A tradução da importância e da influência chinesas para o processo de reunificação pacífica da península da Coreia: uma abordagem histórica, económica, política e cultural*.
- Rodrigues, N. (2020). *Coreia do Sul e Japão: um passado conflituoso refletido nas políticas de cooperação para o GSOMIA*.
- Rogers, P. (2022). *The United States and North Korea: A Strategic Perspective*. Routledge.
- Said, E. (1977). *Orientalism*. Londres: Penguin.
- Schlichtmann, K. (2003). *Japan, Germany and the Idea of the Hague Peace Conferences*. *Journal of Peace Research*, 40(4), 377-394.
- Schmitz, T. (2022). *A ideia Juche da Coreia do Norte é realmente marxista?* *Cultural Logic: A Journal of Marxist Theory & Practice*, 26, 42-48.
- Scobell, A. (2004). *China and North Korea: From Comrades-in-Arms to Allies at Arm's Length*. Strategic Studies Institute .
- Seth, M. (2010). *A history of Korea: From antiquity to the present*. Rowman & Littlefield Publishers.
- Seth, M. (2020). *KOREA: A Very Short Introduction*. Oxford: Oxford University Press.
- Shin, E. (2007). *The sociopolitical organism: The religious dimensions of Juche philosophy*. *Religions of Korea in practice*, 517-533.
- Shin, H. (2005). *A brief history of Korea*. Ewha Womans University Press.
- Smith, H. (2015). *North Korea: Markets and Military Rule*. Cambridge University Press.
- Snyder, G. (1984). *The Security Dilemma in International Politics*. *World Politics*, 36(4), 461-195.
- Sodekawa, H. (2020). *A estratégia de mídia do presidente Trump como foi vista na conferência de imprensa após a 2ª cúpula EUA-Coreia do Norte em Hanói*. . *Jornalismo*, 10(2), 63-74.
- Suh, D. (1988). *Kim Il Sung: The North Korean Leader*. Columbia University Press.
- Suh, D. (2006). *The North Korean regime: From the leadership of Kim Il-sung to Kim Jong-il*. East Gate .
- Sung, Y. (2017). *North Korean Economic Development: Challenges and Opportunities*. Routledge.
- Szalontai, B. (2005). *Kim Il Sung in the Khrushchev era: Soviet-DPRK relations and the roots of North Korean despotism, 1953-1964*. Stanford University Press .

- Tu , A. (2020). *A utilização do VX como agente terrorista: a ação de Aum Shinrikyo do Japão e a morte de Kim Jong-Nam na Malásia: quatro estudos de caso*. *Segurança Global: Saúde, Ciência e Política*, 5(1), 48-56.
- Visentini, P., & Melchionna, H. (2012). *As reformas econômicas e a sucessão política na Coreia do Norte*. *Conjuntura Austral*, 3(9-10), 4-p.
- Warner, M. (2008). *A historical-critical examination of North Korea's Juche ideology using fantasy theme analysis: A vision transformed*. Liberty University.
- Widjaja, F., Boiliu, N., Gultom, J., & Simanjuntak, F. (2021). *The religious phenomenon of Juche ideology as a political tool*. *HTS Teologiese Studies/Theological Studies*, 77(4).